



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Tribunal de Justiça

2015 - 2016

Presidente

Desembargadora **Cezarinete Angelim**

Vice-Presidente

Desembargadora **Denise Bonfim**

Corregedora Geral da Justiça

Desembargadora **Regina Ferrari**

Membros

Desembargadora **Eva Evangelista**

Desembargador **Samoel Evangelista**

Desembargador **Pedro Ranzi**

Desembargador **Roberto Barros**

Desembargador **Francisco Djalma**

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Desembargador **Júnior Alberto**

Desembargadora **Maria Penha**

Elaboração

Diretoria de Gestão Estratégica

Gerência de Planejamento Estratégico e Orçamentário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/nº - Via Verde

CEP 69.920-193 - Rio Branco-AC

Tels.: (68) 3302 0357 / 3302 0356

www.tjac.jus.br

APRESENTAÇÃO	3
Missão	4
Visão.....	5
Valores Institucionais.....	6
Mapa estratégico	7
Organização Judiciária	9
Infográfico de Desempenho.....	10
Perspectiva Sociedade	14
Perspectiva Processos Internos	16
Perspectiva Pessoas, Organização e Infraestrutura	53
Perspectiva Sustentabilidade Financeira	72
Metas estabelecidas pelo CNJ.....	81
Metas Nacionais 2015.....	82
Desempenho do Plano Estratégico a Longo Prazo.....	85
Plano Estratégico 2010-2014.....	86
Plano Estratégico 2015-2020	88
Considerações Finais	93

Apresentação

A garantia de direitos e democratização do acesso à justiça representam os pilares que fundamentam a missão do Poder Judiciário do Estado do Acre, pressupondo uma prestação contínua, regular, eficiente e eficaz dos serviços jurisdicionais e requerendo das Administrações um olhar focado em processos de gestão que permitam um melhor uso dos recursos disponíveis.

É nesse sentido e, em particular, a partir da implementação do Planejamento Estratégico, que as ações vêm sendo desenvolvidas, sempre com o objetivo de fortalecer e implantar novas metodologias/tecnologias para o aprimoramento do sistema de justiça no Estado do Acre, modernizando estruturas, fortalecendo as unidades prestacionais, aperfeiçoando e capacitando sua força de trabalho, além da forte atuação no quesito da responsabilidade social.

Notadamente, é necessário compreender que o nível de modernização e capacidade de atendimento às populações do Estado, depende de uma dotação orçamentária que lhe garanta os investimentos necessários e manutenção regular de suas atividades. Nesse sentido, os Fundos Especiais constituem uma fonte de receita própria que auxiliam na consecução dos planos estratégicos do Tribunal.

Assim, esse relatório visa demonstrar o uso dos recursos provenientes desses fundos e os resultados institucionais alcançados no exercício de 2015, à luz das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2012 - 2015.

MISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado do Acre

É a declaração da razão de ser de uma Instituição que a individualiza e a distingue de outras Instituições, impondo a delimitação de suas atividades. A missão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre permanece a que foi definida no primeiro ciclo de planejamento estratégico do Tribunal em 2009.

**“Ser reconhecido pela efetividade na
prestação de serviço jurisdicional para o
Estado do Acre e pelo elevado
desempenho no Judiciário Nacional”**

VISÃO DO Tribunal de Justiça do Estado do Acre

A visão de futuro é a base do planejamento e da gestão estratégica, pois contempla a situação futura desejada em longo prazo. Deve ser uma meta ambiciosa e servir como um guia para a definição dos objetivos e a realização da missão, descrita de forma simples, objetiva, partilhada por todos na Instituição. O Tribunal de Justiça do Estado do Acre tem como visão de futuro:

“Ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais para o Estado do Acre”

VISÃO

VALORES INSTITUCIONAIS

Princípios que servem de critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todas e quaisquer pessoas que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos estejam executando a missão, na direção da visão. Sendo assim, todos os colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre devem se relacionar entre si, com a sociedade e demais partes envolvidas da Instituição em geral, por meio dos valores prezados. Os valores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre são:

Justiça

Respeito

Celeridade

Transparência

Honestidade

Compromisso

Ética

Moralidade

Independência

Responsabilidade Social e Ambiental

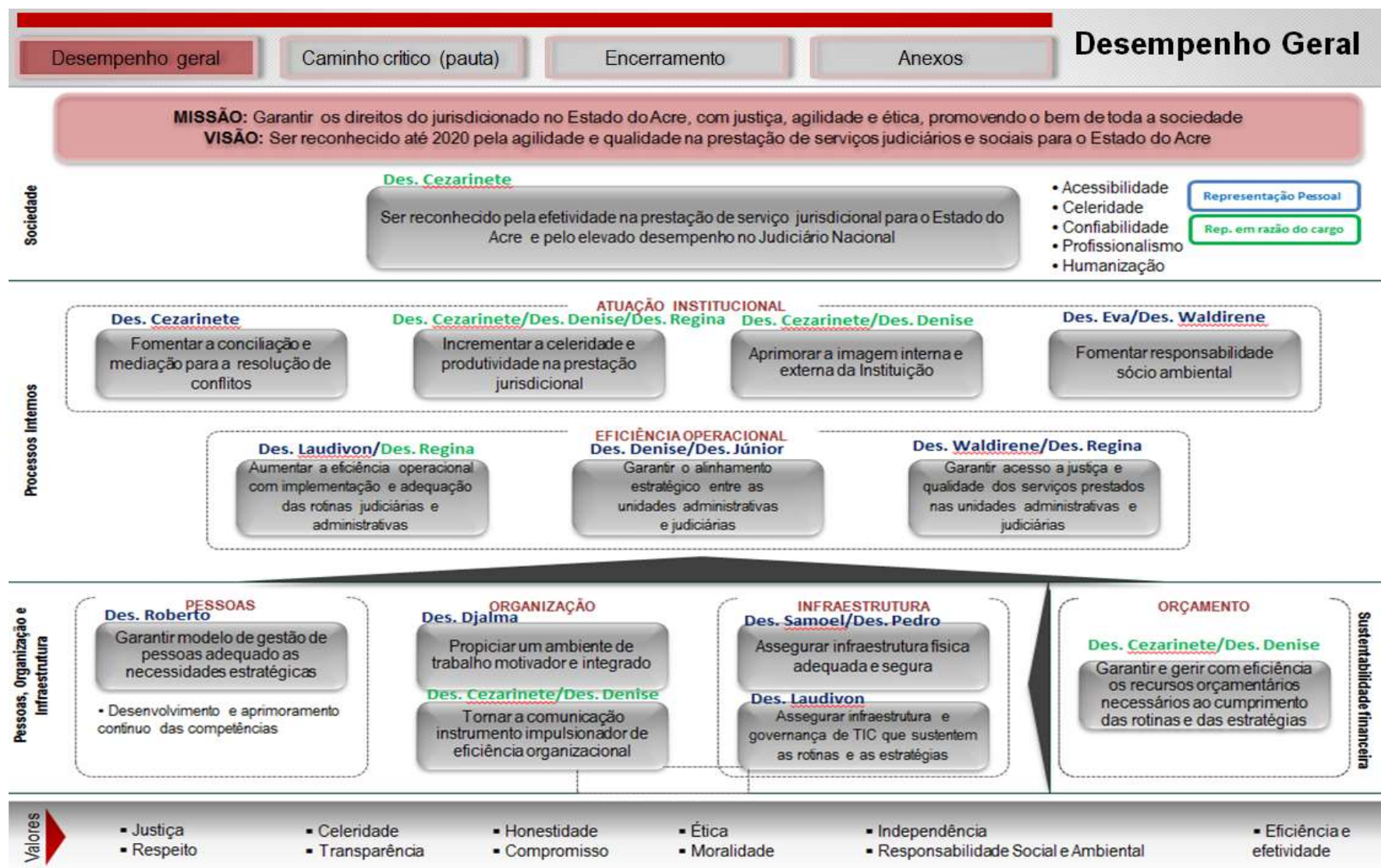
MAPA ESTRATÉGICO

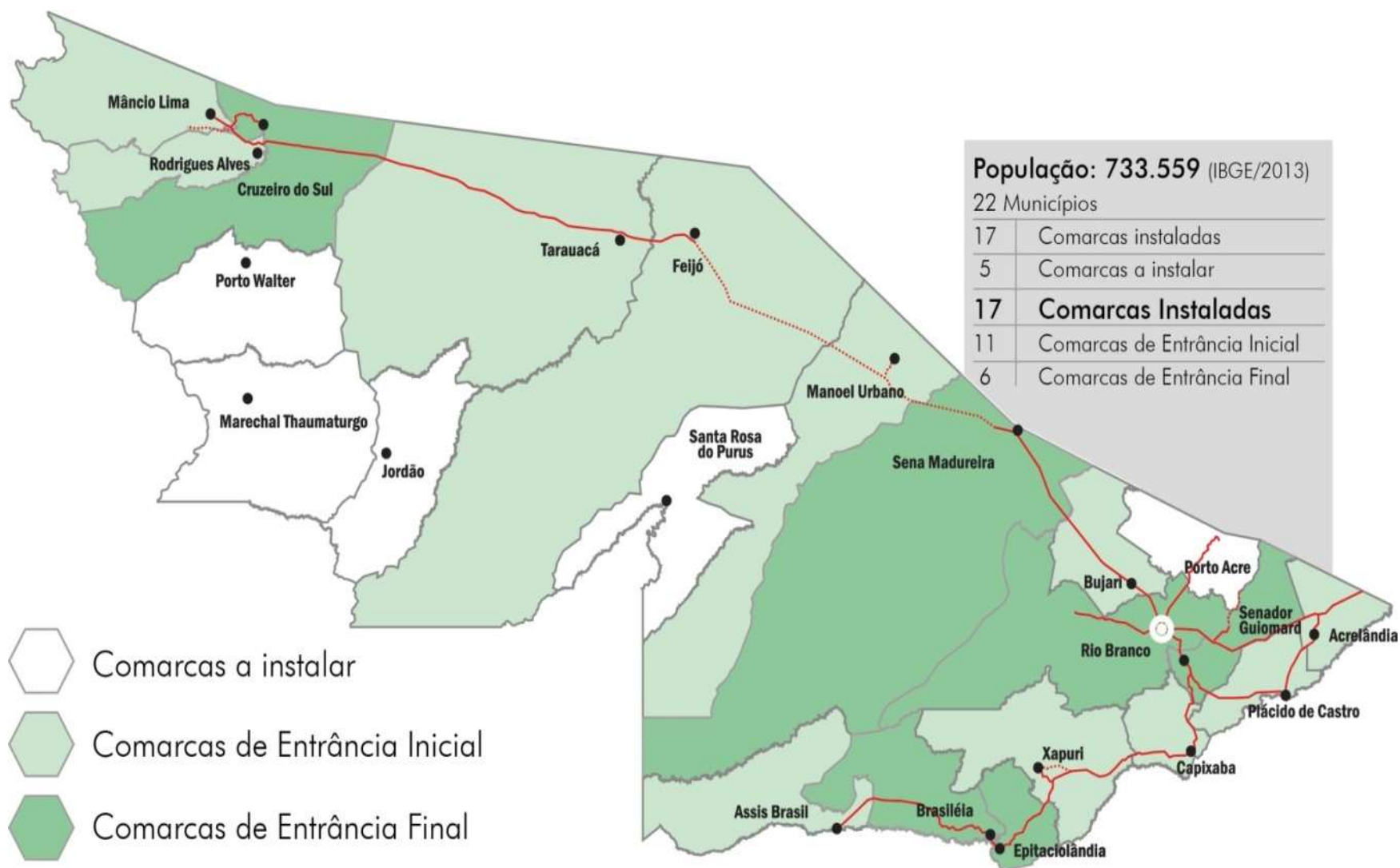
O Plano de Gestão 2015/2017, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, traduz a Missão e a Visão institucionais para o biênio e o quinquênio próximos. No entanto, alguns indicadores/diretrizes não alcançaram seus objetivos. Eles foram impactados por um conjunto de fatores externos, dos quais ressaltamos: a enchente histórica do rio Acre, ocorrida em fevereiro; pela crescente demanda por acesso à Justiça; pela crise econômica que assola o país e o nosso Estado; e, pelas limitações orçamentárias e financeiras.

Esses fatores impactaram no alcance de algumas das diretrizes propostas pela Gestão 2015/2017.

No entanto, o cumprimento do Plano Estratégico atingiu a meta com um percentual de 85%, enquanto que a Gestão atingiu 70% das metas para o biênio 2015-2017.

A seguir, os resultados do cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020, para o ano de 2015:





TJAC EM NÚMEROS 2015

Magistrados	68
Desembargadores	12
Juízes	56

Servidores		1.396
1º Grau	815	58,4%
Juizados	114	8,2%
2º Grau	110	7,9%
Turmas	16	1,1%
Total de Serv. área		
Judicial	1.055	75,6%
Área Administrativa	341	24,4%
Estagiários		302

Orçamento e Finanças		
Dotação 2015		
Receitas	242.521.891,94	
Fonte 100	225.570.467,56	
Fonte 200	1.189.004,49	
Fonte 500	3,00	
Fonte 700	15.762.416,89	
Despesas	225.706.501,39	
Fonte 100	216.910.218,11	
Fonte 200	388.241,51	
Fonte 500	-	
Fonte 700	8.408.041,77	

Gestão	
Projetos Estratégicos	14
% de Implementação	26,01
Projetos Operacionais	40

Tecnologia da Informação	
Estações de trabalho	1.987
Salas de videoconferência	1
Processo eletrônico - unidades	100%

Responsabilidade Socioambiental	
Beneficiados pelos projeto social	26.836
Part. de projetos	8
Programa Qualidade de Vida	5.100
Programa Natureza Viva (Bosque Florido)	2

Unidades	
Comarcas	17
Entrância Inicial	11
Entrância Final	6
Câmaras	3
Cíveis	2
Criminais	1
Varas	49
Cível	12
Família	3
Criminal	11
Vara única	9
Infância e Juventude	3
Fazenda Pública	3
Órfãos e Sucessões	1
Execuções Penais	1
Registros Públicos	1
Vara de Delitos de Tóxico e Acidentes de Trânsito	1
Vara da Violência Domestica e Familiar contra a Mulher	1
1º Tribunal do Júri	1
2º Tribunal do Júri e Auditoria Militar	1
Execuções e Medidas	1
Juizados Especiais	7
Cível	4
Criminal	2
Fazenda Pública	1
CEJUSC	17
Sala de Audiência de Custódia	1
Turmas Recursais	2
Custo da prestação jurisd.(por proc. baixado)	2.534,66

Segurança e Logística		
Fóruns		19
Monitoramento por CFTV		25
Controle de acesso		3
Câmeras		495
Sistemas de alarme		31
Área total em metros quadrados		166.944
Área útil		45.017
Consumo		2.676.136,22
Energia	2.098.831,66	78%
Água	199.268,66	7%
Papel	139.297,50	5%
Telefonia	238.738,40	9%

Comunicação		
Imprensa:		
Demanda externa		960
Demanda interna		720
Espaço de Memória		
Frequentedores e Visitantes		
Centro Cultural do Tribunal de Justiça		885
Centro Cultural do Juruá		254

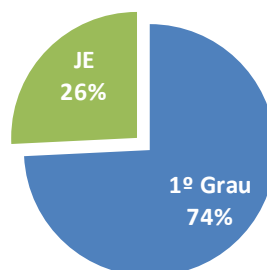
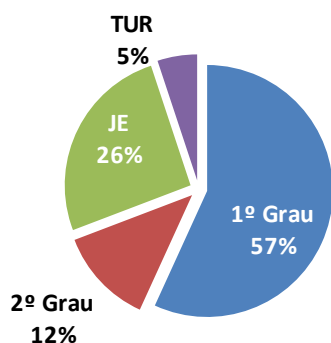
Movimentação Processual (Alinhado à Res. 76/2009, CNJ)

Ações e recursos novos

55.046

Execuções novas

16.084

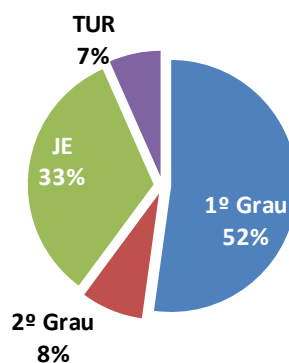
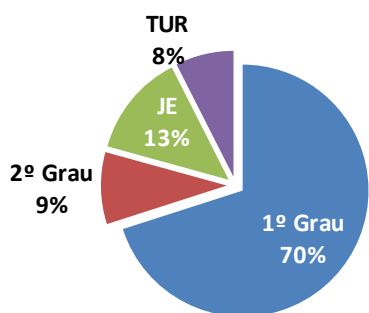


Ações e recursos pendentes

83.840

Ações e recursos baixados

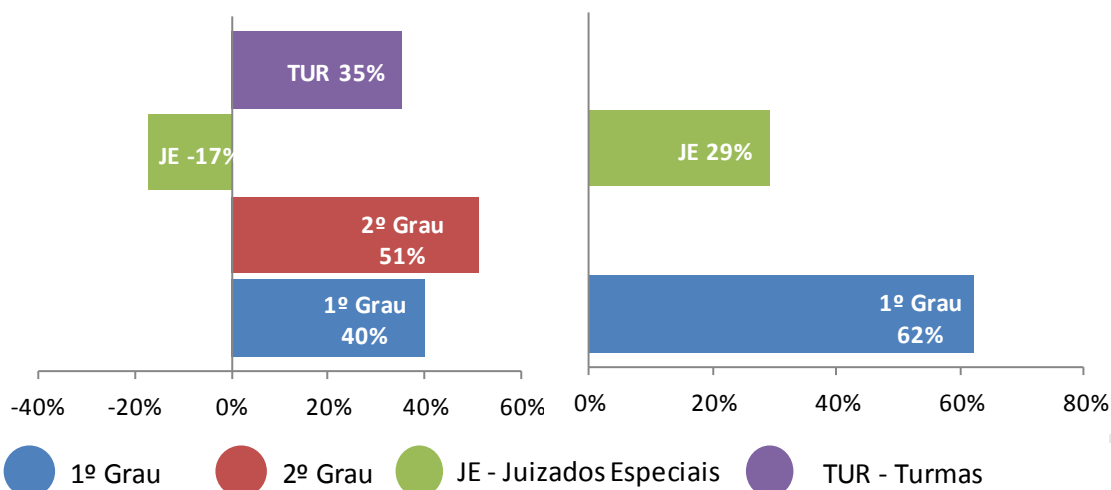
89.048



Taxa de Congestionamento

Fase de conhecimento

Fase de execução



Elaboração e Consolidação - Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

Apoio:

Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES

Diretoria de Logística - DILOG

Diretoria Regional Vale do Acre - DRVAC

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Diretoria de Informação Institucional - DIINS

Diretoria de Finanças e Informações de Custos - DIFIC

Assessoria Militar - ASMIL

Perspectiva

SOCIEDADE

SOCIEDADE

"Fazer com que a sociedade acreana reconheça a efetividade dos serviços judiciários e sociais prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Entende-se por efetividade serviços que garantam acessibilidade, celeridade, confiabilidade, profissionalismo e humanização. Busca-se, também, o alcance de um elevado desempenho nas atividades judiciárias e administrativas com reconhecimento do Judiciário Nacional. As ações para o alcance dos resultados devem estar alinhadas ao planejamento estratégico TJAC 2015-2020.

Objetivo Estratégico 1: "Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional para o Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional"

Metas Associadas

Meta 1.1

Atingir 62% do reconhecimento do público em pesquisa de opinião pública

Meta 1.2

Atingir 100% no índice de produtividade comparada entre os Tribunais - IPCJUS

Projetos Desenvolvidos

Este objetivo estratégico não possui projetos estratégicos vinculados vez que ele se comporta como um verdadeiro objetivo final, fruto da conjunção de resultados de todos os indicadores estratégicos. Portanto, para seu cumprimento cooperam todos os 14 (catorze) projetos estratégicos previstos para o quinquênio 2015-2020.

Perspectiva

PROCESSOS INTERNOS

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

“Fortalecer a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com as demais unidades e segmentos do Poder Judiciário Nacional e com os Poderes Executivo e Legislativo, bem como com toda a sociedade em geral”.

Objetivo Estratégico 2: “Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos”

Objetivo Estratégico 3: “Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”

Objetivo Estratégico 4: “Aprimorar a imagem interna e externa da instituição”

Objetivo Estratégico 5: “Fomentar responsabilidade socioambiental”

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

“Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos”

Descrição

“Desenvolver meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos junto a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outras entidades afins por meio de celebração de parcerias, de modo a estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação e mediação.”

Metas Associadas**Meta 2.1**

Atingir 25% de acordo nas audiências dos processos judiciais realizadas

Projetos Desenvolvidos

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
2.1	Programa de Conciliação	Em execução	58%
2.1	Programa de Mediação	Em execução	10%

Resultado Alcançado pelas Metas

Esse indicador se encontra na faixa que vai de 50% a 99% de cumprimento.

No mês de agosto de 2015 o índice foi de 25,6%, alcançando a meta proposta. Isso ocorreu em razão da realização da “Semana da Conciliação 2015”, onde foram alcançados 39,15% de acordos. Depois disso o índice desceu em setembro/2015 para 18,7% e em outubro/2015 para 17,3%. Em novembro/2015 ocorreu mais uma etapa da Semana da Conciliação 2015 – CNJ, o que deu uma alavancada na meta.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2.1 Taxa de acordos de conciliação	nd	24%	21%	22%	20%	23%	19%	22%	25%	18%	17%	19%	39%

Diretrizes da Gestão 2015-2017 Impactadas:

Diretriz	Status
Fomentar em todas as comarcas o Programa "Semana da Conciliação"	Concluída
Promover o Mutirão de Conciliação Fiscal	Concluída
Desenvolver ações de mediação nas comarcas	Concluída

Ações Desenvolvidas:**Fomentar em todas as comarcas o Programa "Semana da Conciliação"**

Durante a realização da Semana Estadual de Conciliação (17 a 21 de agosto), foram realizados 965 acordos de um total de 1.738 audiências. Ou seja, um total de 55,52% conflitos resolvidos de modo amigável.

Para essa edição, a unidade campeã em número de acordos foi o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Rio Branco, que celebrou 142 acordos de um total de 369 audiências realizadas, ou seja, obteve o percentual de 38,48%. Em seguida, ficou o 2º Juizado Especial Criminal de Cruzeiro do Sul, com 68 conciliações, das 75 possíveis, alcançando 90,67%; ato contínuo, veio o 2º Juizado Especial Criminal de Rio Branco, que alcançou 78 conciliações, das 100 possíveis, obtendo a marca de 78,00% de cumprimento positivo das audiências.

Vistos x Total Processos

Dos 3.051 processos pautados no mutirão, 3.051 (100%) já foram vistos, faltando 0



965 Acordos em 1.738 audiências realizadas



No total, a Semana Estadual de Conciliação/2015 envolveu 3.051 processos, distribuídos em 70 unidades judiciais, com 100% dos processos vistos.

Desta vez, a novidade da Semana Estadual de Conciliação no âmbito do Judiciário Acreano foi o Mutirão das Execuções Fiscais, originárias das Varas Fazendárias (1ª 2ª e 3ª Varas da Fazenda Pública), que também fizeram parte atividade.



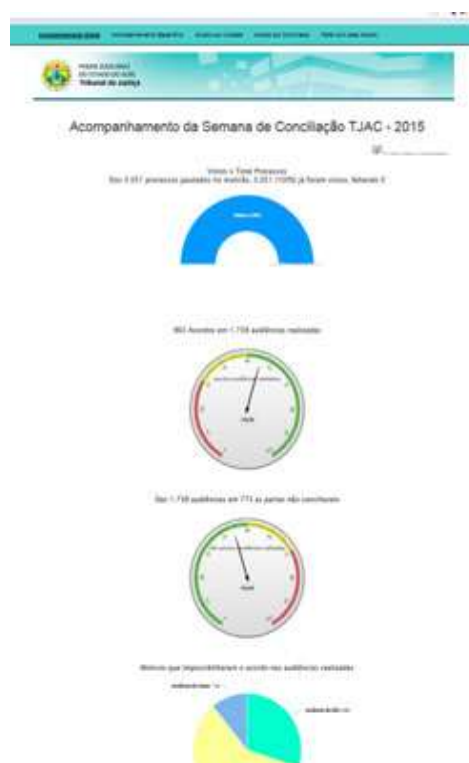
Promover o Mutirão de Conciliação Fiscal

A Semana de Conciliação foi realizada e incluiu, em 2015, ações na área de Execução Fiscal. Nesse sentido, a celebração de acordos entre a Fazenda Pública e os contribuintes, com a intervenção do Poder Judiciário, permitiu a arrecadação de mais de R\$ 2,4 milhões para o Estado.



Conciliômetro

A inovadora ferramenta Conciliômetro, uma idéia concebida pela desembargadora-presidente Cezarinete Angelim, e executada pela equipe da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), permitiu acompanhar em tempo real todas as informações e dados relacionados à Semana de Conciliação, tais como, a quantidade de acordos celebrados, o número real de audiências realizadas, os números atribuídos aos conciliadores, etc.



Desenvolver ações de mediação nas comarcas:

Como parte do cronograma de atividades formativas do ano de 2015, a Escola do Poder Judiciário (ESJUD) realizou nos últimos dias 26 e 27 de novembro, na *Comarca de Cruzeiro do Sul*, o curso de formação continuada 'Mediação e Conciliação como Agentes da Paz Social', com a finalidade

de preparar os servidores do Judiciário Estadual para que sejam capazes de aplicar com efetividade e segurança, técnicas de autocomposição pacífica na solução e também na prevenção de litígios.

Ministrada pela juíza de Direito Olívia Ribeiro, titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, a atividade teve um total de 16 horas/aula. Foram abordados temas de relevância como as 'políticas públicas de tratamento adequado de conflitos', os 'princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e acesso à Justiça' e o 'enfoque normativo e ético sobre conciliação, mediação e Juizados Especiais', dentre outros assuntos.

O mesmo curso já havia sido disponibilizado às comarcas de Feijó e Tarauacá, durante os últimos dias 9 e 10 de novembro de 2015. Na ocasião, foram beneficiados 60 servidores.

Outro grupo de 60 servidores e voluntários também foi beneficiado com a atividade na Comarca de Rio Branco, nos dias 14 e 15 de dezembro, ainda como parte do cronograma de atividades da ESJUD para o ano de 2015.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

“Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”

Descrição

“Promover a prestação jurisdicional com qualidade jurídica e eficiência na tramitação dos processos judiciais, com vista à minimizar a sensação de impunidade; a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, por meio da gestão da informação e adoção de atos para preservação da probidade administrativa. Busca-se, também, elevar a produtividade dos Magistrados e Servidores”.

Metas Associadas

Meta 3.1

Cumprir a Meta 1 do CNJ: Julgar mais processos que os distribuídos

Meta 3.2

Cumprir a Meta 2 do CNJ: Julgar processos mais antigos

Meta 3.3

Cumprir a Meta 3 do CNJ – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Meta 3.4

Cumprir a Meta 4 do CNJ: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Meta 3.5

Cumprir a Meta ENASP do CNJ - Taxa de ações penais por crime de homicídio julgadas

Meta 3.6

Cumprir a Meta 6 do CNJ: Taxa de ações coletivas julgadas

Meta 3.7

Cumprir a Meta 7 do CNJ – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Meta 3.8

Alcançar o Índice de atendimento à demanda no 1º grau

Meta 3.9

Alcançar o Índice de atendimento à demanda no 2º grau

Meta 3.10

Taxa de Congestionamento processual – Global

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico.

Resultado Alcançado pelas Metas

As Metas Nacionais 1 (julgar mais processos que os distribuídos), 2 (julgar processos mais antigos), 4 (processos corrupção e improbidade), 6 (ações coletivas) e 7 (maiores litigantes), estão dentro da meta fixada; A Meta Nacional 3 (aumentar os casos solucionados por conciliação) está bem inferior à meta fixada.

Já as Metas 8 e 9, pertinentes ao Índice de atendimento à demanda de 1º e 2º Graus, encontram-se acima da meta; e, por fim, a Taxa de congestionamento processual alcançou 50%.

Esse desempenho tem correspondência com a demanda crescente e a necessidade de maior capacitação e especialização da força de trabalho e a não existência de fluxo processual nos CEJUSC's instalados no interior.

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Implantar o Programa Audiência de Custódia	Concluída
Criar a Assessoria Virtual	Concluída
Adequação do Sistema de Justiça Criminal do Acre	Em andamento

Ações Desenvolvidas:**Implantar Audiência de Custódia**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, acompanhado da presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, desembargadora Cezarinete Angelim, e a desembargadora Regina Ferrari, corregedora geral da Justiça, lançaram no dia 14 de setembro de 2015, no âmbito do Judiciário Acreano, o projeto Audiência de Custódia. O programa prevê que, no caso de prisão em flagrante, o preso deverá ser apresentado em juízo em até 24 horas após o ato.



Instituída no âmbito do Poder Judiciário Acreano, por meio da Portaria Conjunta nº 17/2005, de 1º de setembro de 2015, a audiência de apresentação da pessoa presa é destinada à análise das prisões em flagrante realizadas pela Delegacia Especializada em Flagrantes (Defla) e outras delegacias especializadas de Rio Branco, em cumprimento ao disposto nos artigos 306 e 310 do Código de Processo Penal.

De acordo com a portaria, o serviço das audiências de apresentação será executado inicialmente em sistema de escala de rodízio, pelas Varas Criminais e Juízes da Vara de Execuções Penais e Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, Varas dos Juizados Especiais Criminais, Varas do Tribunal do Júri, Vara de Delitos de Drogas e Acidentes de Trânsito e Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, todas da Comarca de Rio Branco.

As audiências de apresentação serão realizadas ordinariamente no horário de expediente, havendo, no mínimo, um juiz designado para cada dia da semana, utilizando-se da estrutura e recursos humanos da respectiva unidade judiciária.

Segundo a portaria, em seu artigo 5º, caberá à Diretoria do Foro elaborar a escala de rodízio das Unidades Criminais responsáveis pela realização da

audiência de apresentação, publicando-a no Diário da Justiça, com antecedência mínima de 30 dias, enviando cópia eletrônica para todos os juízes com atuação criminal nas Varas mencionadas, bem como para o Ministério Público Estadual, à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Defensoria Pública e ao Chefe de Polícia Civil do Estado.

O documento determina que, de posse da escala de rodízio elaborada pela Diretoria do Foro, as Autoridades Policiais remeterão os autos de prisão em flagrante delito à unidade criminal responsável do dia, promovendo o transporte e apresentação do flagrantado ao Juiz escalado, observando-se o prazo máximo de até 24 horas após a prisão.

Determina, também, que a autoridade judicial deverá proporcionar ao autuado, antes da audiência de custódia, entrevista prévia e por tempo razoável com seu advogado ou com Defensor Público.

Em seu artigo 9º, a Portaria disciplina que, na audiência de custódia, mediante consulta ao sistema de antecedentes e, quando for o caso, ao relatório carcerário, o juiz competente entrevistará o autuado, de forma concisa e objetiva, indagando sobre a sua qualificação, condições pessoais, tais como, estado civil, nível de escolaridade, profissão ou meio de vida, fontes de renda, local de residência e trabalho e, ainda, sobre as circunstâncias objetivas de sua prisão.

A Portaria enfatiza, por conseguinte, que audiência de apresentação de pessoa detida em flagrante delito destina-se ao atendimento do disposto do projeto de audiências de custódia do Conselho Nacional de Justiça, observadas as peculiaridades locais.

Criar a Assessoria Virtual

A assessoria virtual foi um projeto desta Gestão implantado no mês de junho de 2015, através da Portaria 758/2015 que instituiu a Assessoria Virtual para atendimento às Unidades que apresentam processos objetivamente identificados na Meta 2 do Conselho nacional de Justiça.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

“Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição”

Descrição

“Aperfeiçoar a comunicação com o público interno e externo, informando-os dos papéis, atribuições e das conquistas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, de modo a aumentar sua visibilidade”.

Metas Associadas**Meta 4.1**

Divulgar 15 matérias por trimestre, 01 campanha institucional por semestre, 01 palestra por trimestre e 06 eventos pedagógicos por ano;

Meta 4.2

Atingir 56% de visibilidade positiva do Tribunal

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico.

Resultado Alcançado pelas Metas

O número de divulgações institucionais realizadas atingiu todas as metas propostas em relação às matérias lançadas no site e na mídia local; às campanhas institucionais realizadas; às palestras propostas em escolas e, por fim, os eventos realizados.

A meta 4.2 é bianual e será examinada apenas no final de 2016.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4.1 Número de divulgações institucionais			100%				100%			100%			100%
4.2 Visibilidade positiva do TJAC	56%												

Diretrizes da Gestão 2015-2017 Impactadas:

Diretriz	Status
Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional e da estratégia institucional	Em execução

Ações Desenvolvidas:

74 matérias jornalísticas (administrativas e judiciais) confeccionadas e editadas, com locução, pelo Tribunal de Justiça, especificamente para rádio e enviadas para publicação, no período de 07/02/ a 30/12/2015.

440 matérias institucionais postadas na página do Facebook do Tribunal, no período.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

“Fomentar responsabilidade socioambiental”

Descrição

“Desenvolver ações internas de conscientização ambiental e uso racional de recursos (água, energia elétrica, papel e descartáveis em geral), além de aprimorar e desenvolver ações sociais com ampla abrangência no Estado do Acre, com o envolvimento efetivo de Magistrados e Servidores”

Metas Associadas**Meta 5.1**

Cumprimento de 60% do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental

Meta 5.2

Taxa de 100% de sucesso dos programas sociais

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico. No entanto, existem dois programas que auxiliam no cumprimento desta meta: Programa Natureza Viva e Programas Sociais. Para isso, bastou apenas acompanhar o andamento dessas ações para que elas pudessem ser realizadas dentro do prazo previsto e contabilizar para a meta até dezembro/2015.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
5.1	Programa Natureza Viva	Em execução	55%
5.1	Programas Sociais	Em execução	99%

Resultado Alcançado pelas Metas

O Programa Natureza Viva destacou um conjunto de ações ambientais para serem realizadas no Tribunal de Justiça, sendo que desse conjunto foram priorizadas 6 ações para execução em 2015. Dessas, foram realizadas 55% delas, sendo a mais destacada o Projeto Bosque Florido.

Os 8 (oito) Programas Sociais desenvolvidos em 2015 apresentaram percentual de 99% de execução até dezembro/2015: todos foram executados e suas metas cumpridas quase integralmente, contribuindo para o fomento da responsabilidade social no Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
5.1 Cumprimento do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental	nd			20%			40%			55%			85%
5.2 Taxa de sucesso dos programas sociais	nd									66%			99%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Continuidade da interiorização dos Programas Sociais: Projeto Cidadão, Justiça Comunitária, Cidadania e Justiça na Escola, Começar de Novo, ECA na Comunidade, Audiência Pública, Prevenção às Drogas	Em execução
Fomentar ações de educação ambiental, vinculadas ao consumo consciente com ênfase na redução de custos (luz, água, energia, papel, copo plástico, etc.)	Em execução
Firmar acordos de cooperação com instituições governamentais (União, Estado e Município) e não governamentais (ONG's e sociedade em geral)	Em execução

Ações Desenvolvidas em 2015

1. Continuidade na interiorização dos Programas Sociais

Projeto Cidadão

Casamento Coletivo é promovido com êxito no Estádio Arena da Floresta

Vicente Lopes da Silva (82) e Maria José de Oliveira (55) formavam o casal mais antigo na cerimônia do Casamento Coletivo, que aconteceu em 14 de agosto, no Estádio Arena da Floresta, em Rio Branco. Eles se juntaram a outros 999 casais, que tiveram realizado o sonho do matrimônio, graças à iniciativa do Tribunal de Justiça do Acre, proporcionado de forma gratuita e simplificada.



Realizado desde 2004, o Casamento Coletivo reúne milhares de pessoas, entre noivos, familiares e convidados, que participam de uma cerimônia civil com direito à decoração especial de casamento, música, apresentações artísticas e surpresas.

A iniciativa do Tribunal de Justiça, por intermédio do Projeto Cidadão, não estava sendo realizada nos últimos anos. Na segunda quinzena de junho de 2015, no entanto, as atividades foram retomadas pela atual Gestão.

A procura superou as expectativas, já que as inscrições destinadas às habilitações se encerraram no prazo de apenas cinco dias.



Casamento Coletivo em Senador Guimard

Uma verdadeira festa da alteridade (olhar o outro na sua integralidade). Assim pode ser definida a cerimônia da edição especial do Casamento Coletivo que reuniu 102 casais, realizado no dia 7 de novembro de 2015, no ginásio poliesportivo da Escola Estadual 15 de Junho, na região central do município de Senador Guimard, em ação promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por meio do Projeto Cidadão.



Casamento Coletivo de Cruzeiro do Sul 550 casais dizem “SIM”

O Ginásio Poliesportivo Jader Saraiva, em Cruzeiro do Sul, deu lugar a uma ambiência festiva, durante a Edição Especial do Casamento Coletivo em que 550 casais disseram o aguardado “SIM”, no dia 26 de setembro de 2015. A atividade fez parte de uma série de ações realizadas pelo Tribunal de Justiça ao longo de toda a semana, por ocasião do aniversário do município, comemorado no dia 28 de setembro.

Ao retomar, em abril de 2015, as ações desenvolvidas pelo Projeto Cidadão, foi dado um importante passo no sentido de aproximar o Poder Judiciário acreano da sociedade, através dos seus serviços e ações. Uma das principais e mais aguardadas delas era o Casamento Coletivo.

A Administração do Tribunal não atua apenas com a distribuição de justiça mas, também, com a promoção do bem-estar da população, da pacificação social e da interiorização dos projetos, programas e ações.



Casamento Coletivo em Acrelândia

O Tribunal de Justiça do Acre promoveu mais uma Edição Especial do Casamento Coletivo, desta vez em Acrelândia, em uma atividade voltada à humanização e de perspectiva social no interior do Estado.

Distante 117 quilômetros da Capital, o município recebeu a festividade no ginásio de esportes da Escola Marcílio Pontes, onde 100 casais estabeleceram a legitimidade familiar.



Programa Justiça Comunitária

A desembargadora-presidente Cezarinete Angelim visitou no dia 12 de novembro de 2015 o prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, no intuito de renovar as parcerias já firmadas e estabelecer outros pactos institucionais. O encontro aconteceu na sede da Prefeitura e também teve as presenças de diretores do Tribunal de Justiça e de assessores do Executivo Municipal.



Durante o encontro houve tratativas para aproximar ainda mais as instituições com a execução de ações conjuntas.

Na ocasião, foi pleiteada a renovação de Convênio com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, destinado à continuidade das ações do Programa Justiça Comunitária nos bairros mais necessitados da Capital.

Cidadania e Justiça na Escola

Crianças participam de Júri Simulado na Cidade da Justiça, em Rio Branco

Alunos da 5ª série da Escola Municipal Ismael Gomes Carvalho participaram de um Júri Simulado no Fórum Criminal Lourival Marques de Oliveira, localizado na Cidade da Justiça da Capital.



A atividade, que fez parte do cronograma de ações do programa Cidadania e Justiça na Escola no ano de 2015, contou com a presença do diretor da Escola do Poder Judiciário (Esjud), desembargador Samoel Evangelista; das juízas de Direito Ana Saboya (coordenadora executiva), Maha Manasfi e Zenair Bueno (coordenadora do Júri Simulado); do procurador-geral adjunto de Justiça, Carlos Maia; bem como dos representantes da Prefeitura Municipal de Rio Branco, Pascal Kalil, e da Secretaria Municipal de Educação, Hildo Montezuma. Também estiveram presentes alunos e pedagogos das demais escolas parceiras do programa, que já beneficiou, desde que foi criado (2012), mais de 3.000 alunos da rede pública municipal de ensino, através de um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Acre e a Prefeitura Municipal de Rio Branco.



Começar de Novo

Programa Começar de Novo encerra atividades do ano de 2015 em grande estilo

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, através da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) da Comarca de Rio Branco, realizou no Teatro da Universidade Federal do Acre (Ufac) o evento de encerramento das atividades do programa Começar de Novo, ano de 2015.

A cerimônia, marcada pela alegria e uma efusiva apresentação artística do Coral Fênix, formado por egressos do sistema prisional, contou com a presença da juíza titular da Vepma e coordenadora estadual do Programa Começar de Novo, Maha Manasfi; da diretora regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Acre (Senac/AC), Irlete Meireles; do secretário estadual de Pequenos Negócios, Henry Nogueira; além dos formandos, seus amigos e familiares; bem como de lideranças sociais e religiosas.

Audiência Pública

O Programa Audiência Pública completou 15 anos de informação e orientação jurídica nas ondas do rádio

Na data de 17 de agosto de 2015, o programa social Audiência Pública, de informação e orientação jurídica através do rádio, realizado pelo Tribunal de Justiça, completou 15 anos de existência.

Para marcar a data especial, o programa inovou e desta vez foi apresentado diretamente do Palácio da Justiça, no Centro Cultural do Tribunal de Justiça, onde foi lançada simultaneamente a Semana da Conciliação do mês de agosto.

Ações referentes à Educação Ambiental

Tribunal de Justiça do Estado do Acre lança campanha ambiental Adote uma Caneca

Objetivo foi conscientizar magistrados, servidores e a sociedade para a preservação do planeta, com a redução do consumo de copos descartáveis.

Com o slogan “mude de hábito em defesa do meio ambiente”, o Tribunal de Justiça lançou a campanha *Adote uma Caneca*, com o intuito de conscientizar magistrados, servidores e a sociedade para a preservação do planeta, com a redução do consumo de copos descartáveis.



A iniciativa faz parte do Programa Natureza Viva, lançado pela atual Gestão em 2015, o qual desenvolve ações voltadas à economia de recursos e, não menos importante, ao estabelecimento de metas de redução de consumo de energia elétrica, água, papel, telefonia e descartáveis.

Judiciário Acreano lança campanha natalina “Tribunal Solidário”



“Faça a sua doação e transforme o Natal de uma família”. Este foi o propósito da campanha natalina Tribunal Solidário, lançada no fim do ano de 2015 no âmbito do Poder Judiciário Acreano.

A ação foi de encontro com a filosofia de trabalho implementada para o Biênio 2015/2017, a qual se baseia na alteridade (olhar o outro na sua integralidade), na solidariedade e na justiça fraterna.

Especial 300 dias de Gestão: transparência e trabalho caminham juntos

Enchente do Rio Acre: Campanha 'Judiciário Solidário'



macarrão, leite, óleo, açúcar, roupas, fraldas, lençol, cobertor, colchão e travesseiro, produtos de higiene e limpeza, etc.

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre promoveu no início de março de 2015, uma coletiva de imprensa para tratar sobre a campanha "Judiciário Solidário", cujo objetivo foi a arrecadação de doativos e ajuda às famílias desalojadas pela enchente do Rio Acre. Foram destinados diversos pontos de arrecadação de itens como arroz, farinha,

Tribunal entrega doativos às vítimas da alagação do Rio Acre

A presidente do Tribunal de Justiça promoveu no dia 11 de março de 2015 a entrega de 8.510 itens de doativos de primeira necessidade à entidade Acre Solidário, destinados às vítimas da cheia histórica do Rio Acre, que atormentou milhares de famílias no Estado, principalmente na Capital.



Acordos de cooperação com instituições governamentais (União, Estado e Município) e não governamentais (ONG's e sociedade em geral)

Acordos de Cooperação com o Governo Federal

Termo	Objeto	Instituição	Início	Termino
001/2015	Operacionalização do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal (AJG/JF)	JF – Seção Judiciária Acre	28/05/2015	28/05/2020
002/2015	Disponibiliza aos servidores lotados na Assessoria de Pesquisa e análise da Procuradoria da República no Acre, o acesso ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ)	MPF	06/02/2015	06/02/2017
007/2015	Conjuração de esforços, visando a efetiva implantação do "Projeto Audiência de Custódia"	CNJ, MJ, IDDD e TJAC	09/04/2015	09/04/2018

Acordos de Cooperação com o Executivo Estadual

Termo	Objeto	Instituição	Início	Término
001/2015	Desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos comuns às suas áreas meio (administrativa), visando economicidade, celeridade e transparência nos gastos da administração pública	MPAC	12/01/2015	-
001/2015 DETRAN	Conjuração de esforços dos partícipes para a realização do serviço prestado à comunidade, denominado "Juizado de Trânsito"	DETRAN, CIATRAN e SESP	30/01/2015	30/01/2017
012/2015	Implementação do programa "Cidadania e Justiça na Escola"	TJAC, ESJUD e MPE	18/12/2015	18/12/2017
024/2015	Estabelecer formas de cooperação entre o TJAC e o MPE para aprimorar o desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, em especial otimizar a comunicação de dados entre os partícipes no tocante a processos judiciais, possibilitando a troca de dados e a virtualização dos procedimentos	MPE	31/12/2015	31/12/2020
025/2015	Suporte financeiro à execução de ações conjuntas nos exercícios 2015 e 2016, entre os Poderes Executivo e Judiciário	SEPLAN	23/12/2015	23/12/2016

Acordos de Cooperação com Prefeituras Municipais

Termo	Objeto	Instituição	Início	Término
14/2015	Conjunção de esforços para a manutenção predial do Fórum da Comarca de Rodrigues Alves	Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves	22/09/2015	22/09/2016
18/2015	Conjunção de esforços para a reforma e restauração do prédio do Centro Cultural do Juruá, na Comarca de Cruzeiro do Sul	Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul	23/09/2015	23/09/2016
22/2015	Cooperação para intercâmbio de atividades de capacitação, aperfeiçoamento e qualificação profissional, das instituições cooperadas	Procuradoria Geral do Município	12/01/2016	12/01/2017

Eficiência Operacional

"Desenvolver, construir, potencializar e cumprir as metas estratégicas, visando garantir a excelência na prestação jurisdicional e administrativa".

Objetivo Estratégico 6: "Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciais e administrativas"

Objetivo Estratégico 7: "Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciais"

Objetivo Estratégico 8: "Garantir o acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciais"

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

“Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciárias e administrativas”

Descrição

Aprimorar continuamente as rotinas de trabalho do Tribunal de Justiça, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos, otimizando recursos e buscando agilidade e eficiência no atendimento das demandas judiciais e administrativas, por meio de gerenciamento (revisão e implementação) das políticas e das rotinas de trabalho.

Metas Associadas**Meta 6.1**

Implementar 50% das rotinas de trabalho (revisão, comunicação, normatização e gerenciamento das rotinas)

Meta 6.2

Taxa de rotinas judiciárias redesenhadas

Meta 6.3

Taxa de implementação das rotinas judiciárias

Projetos Desenvolvidos

O primeiro projeto, denominado “Virtualização dos Processos Administrativos”, vinculado à meta 6.1 e já concluído, visa dar maior celeridade aos processos administrativos pela implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite que o processamento dos novos feitos administrativos seja realizado de forma virtual, retirando-os do âmbito do Sistema SAJ e diminuindo os custos com papel.

O outro projeto denominado “Redesenho e implementação das rotinas de trabalhos das unidades jurisdicionais do Tribunal de Justiça” está vinculado a este objetivo estratégico e se refere aos indicadores “6.2 – Taxas de Rotinas Judiciárias Redesenhadas” e “6.3 – Taxa de Implementação das Rotinas Judiciárias”, com previsão para o início de sua implementação em 2017.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
6.1	Taxa de implementação das rotinas administrativas	Concluído	100%
6.2 e 6.3	Redesenho e implementação das rotinas de trabalhos das unidades jurisdicionais do TJAC	A iniciar (previsão 2017)	-

Resultado Alcançado pelas Metas

O cumprimento da Meta 6.1, em 2015, foi iniciado com a implantação do projeto de virtualização dos processos administrativos e a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com o apoio do TRF4 e do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.

Atualmente, já se encontra devidamente instalado e em funcionamento.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
6.1 Taxa de implementação das rotinas administrativas	nd						0%			0%			0%
6.2 Taxa de rotinas judiciais redesenhadas	nd												
6.3 Taxa de implementação das rotinas judiciais	nd												

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Redesenho e implementação das Rotinas Jurisdicionais	Em andamento
Implantar a automação dos processos administrativos (Implantação do SEI)	Concluída
Implantação do Processo Judicial Eletrônico-PJe	Em andamento

Ações Desenvolvidas:

Tribunal de Justiça do Estado do Acre assina acordo com o TRF4 para utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

A atual Administração do Tribunal de Justiça Acre deu um relevante passo no sentido da modernização e gestão de documentos e processos eletrônicos administrativos.

Após meses de tratativas, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) assinaram, em 24 de agosto de 2015, o Termo de Cooperação Técnica para o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

O documento foi assinado pela desembargadora Cezarinete Angelim e pelo desembargador federal Luiz Penteado, presidentes das respectivas instituições.



O SEI irá otimizar as atividades e trabalhos, contribuindo para o alcance das metas previstas no Planejamento Estratégico 2015-2020, de ser um dos melhores Tribunais do País. Os processos judiciais já estão virtualizados e, a partir de agora, serão virtualizados os administrativos, permitindo oferecer uma

resposta mais ágil e eficiente na prestação dos serviços tanto para o público interno quanto externo (a sociedade).

Parceria com Tribunal de Justiça do Tocantins garante implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)



Outro passo significativo foi dado pela atual Administração do Tribunal de Justiça, para garantir a modernização e gestão de documentos e processos eletrônicos administrativos.

A desembargadora-presidente Cezarinete Angelim assinou, junto com o presidente do Tribunal de Justiça do

Tocantins (TJTO), desembargador Ronaldo Eurípedes, um Termo de Cooperação Técnica para implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Judiciário Acreano.

Implantação do Processo Judicial Eletrônico-PJe

Tribunal de Justiça do Estado do Acre inicia tratativas com o CNJ para implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe)

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre iniciou, ainda no Exercício de 2015, as tratativas oficiais com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) no âmbito do Judiciário Estadual. O software está sendo desenvolvido a partir da experiência e colaboração de diversos tribunais brasileiros. O mecanismo vai permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.



A desembargadora-presidente Cezarinete Angelim recebeu o juiz-auxiliar da presidência do CNJ, Bráulio Gusmão, bem como o coordenador-técnico do PJe no Conselho, Antonio Augusto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

“Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias”

Descrição

Desenvolver, implementar e monitorar as estratégias das unidades administrativas de modo a alinhá-las às demandas das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça, com vista ao alcance da visão de futuro da instituição.

Metas Associadas**Meta 7.1**

Alcançar 65% de cumprimento das metas estratégicas das unidades administrativas

Projetos Desenvolvidos

Há dois projetos denominados “Revisão do Modelo de Gestão da DIGES” e “Programa de Alinhamento e Desdobramento da Estratégia” que estão vinculados a este objetivo estratégico e propostos para o ano de 2016, em razão de não haver recursos orçamentários/financeiros para a sua consecução ainda em 2015.

Resultado Alcançado pelas Metas

O bom desempenho do indicador reflete o grau de aplicação das unidades administrativas no desenvolvimento de suas ações e projetos, impulsionando a Gestão e o cumprimento de suas diretrizes.

O alinhamento entre unidades administrativas (meio) e judiciárias (fim) reforça e valoriza as atividades desenvolvidas pela Direção e ao mesmo tempo contribui para o alcance das metas institucionais e nacionais.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2016
7.1 Cobertura do alcance das metas estratégicas das unidades administrativas	nd			56%			70%			79%			87%	75%

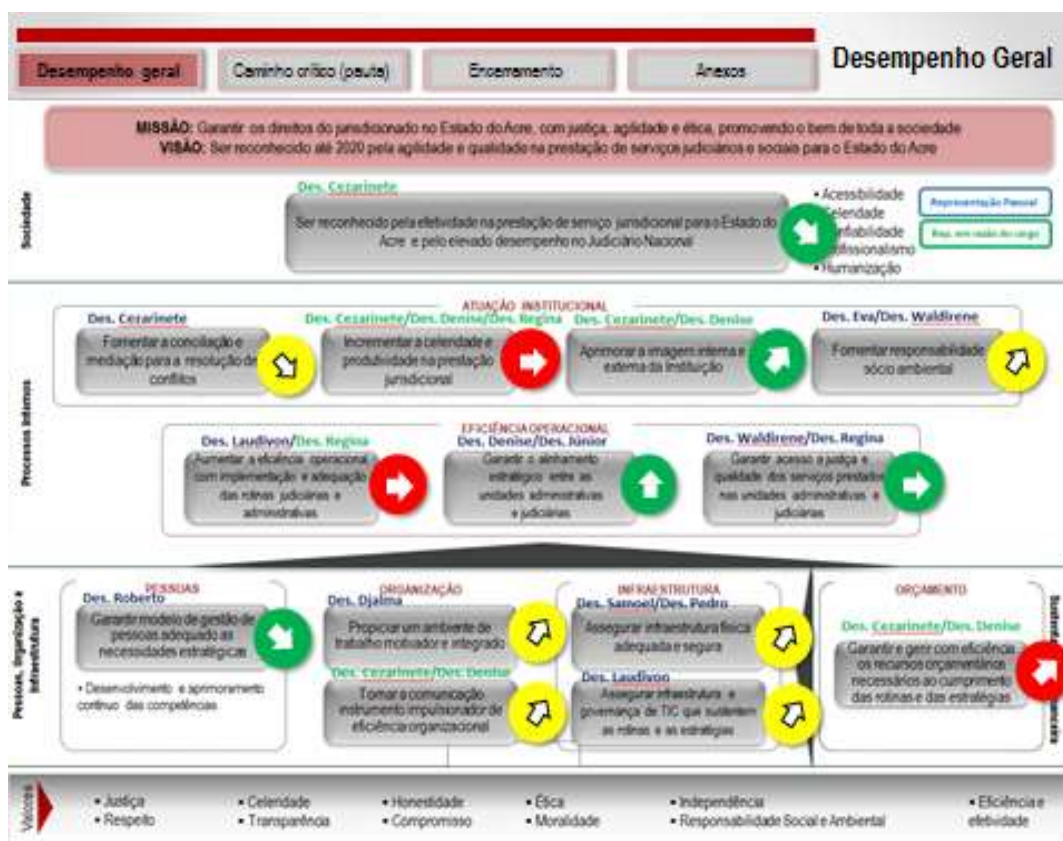
Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Implantar e executar o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, relativo às metas do biênio (ano 2015)	Concluída
Continuar a implantação da reestruturação administrativa, objeto da Lei Complementar nº 257/2012	Concluída

Ações Desenvolvidas:

Implantar e executar o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, relativo às metas do biênio (Ano 2015)

Foi desenvolvida a execução e a implantação do Planejamento Estratégico referente a 2015, atingindo o desempenho de 85%:



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

“Garantir o acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias”

Descrição

Garantir a presença do Poder Judiciário em todas as cidades do Estado do Acre por meio de comarcas efetivamente instaladas ou atendimento itinerante, de modo a atender os cidadãos com qualidade, respeito, igualdade e assegurando a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços do judiciário.

Metas Associadas**Meta 8.1**

Alcançar 56% de qualidade no atendimento na pesquisa de satisfação

Meta 8.2

Dar resolatividade a 100% de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade

Meta 8.3

Disponibilizar o acesso à Justiça em 100% dos municípios do Estado do Acre, por meio de estrutura física instalada ou atendimento itinerante

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos estratégicos vinculados a este objetivo. Seu cumprimento se dá por meio de ações e iniciativas desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça

Resultado Alcançado pelas Metas

A meta 8.1 é bianual e será medida em 2016; a meta 8.2 está em formatação. Já a meta 8.3, foi integralmente alcançada. Podemos citar a instalação da Comarca de Rodrigues Alves, a implantação de 20 CEJUSC no interior e, ainda, a instalação do Juizado de Trânsito no interior.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
8.1 Índice de qualidade no atendimento	56%												
8.2 Taxa de resolução de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade	nd												
8.3 Índice de acesso à justiça	nd						100%						100%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Criar e instalar a Vara de Proteção à Mulher na Comarca de Cruzeiro do Sul	Em andamento
Instalar a Comarca de Rodrigues Alves	Concluída
Instalar a Comarca de Porto Acre	Em andamento
Criar e instalar os Juizados da Família	Em andamento
Criar e instalar os Juizados do Consumidor	Em andamento
Criar e instalar os Núcleos do Juizado da Infância e da Juventude	Em andamento
Criar e instalar o Núcleo dos Juizados Especiais no Aeroporto Internacional Plácido de Castro	Em andamento
Criar e instalar o Juizado de Trânsito em Cruzeiro do Sul	Concluída
Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais	Concluída

Ações Desenvolvidas:

Instalação da Comarca de Rodrigues Alves

Tribunal de Justiça do Acre instala a Comarca de Rodrigues Alves

A instalação da Comarca de Rodrigues Alves foi considerada a maior efetivação da prestação jurisdicional no município, com a ampliação do acesso à Justiça.



Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais

Serventias Extrajudiciais: Corregedoria avança com correções nos cartórios do interior do Estado do Acre

A Corregedoria Geral da Justiça (COGER). No exercício de 2015, avançou na Correição Ordinária das serventias extrajudiciais (cartórios) do interior do Estado do Acre. Os procedimentos foram realizados com sucesso em Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Feijó, Tarauacá, Xapuri, Capixaba e Jordão – nos meses de setembro e outubro de 2015.

Os atos praticados nos cartórios das Comarcas, previstos nas Portarias nº 43 e 57/2015, foram conduzidos pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Regina Ferrari, acompanhada pelo juiz-auxiliar da Corregedoria, Leandro Gross, juntamente com a equipe da COGER.

A correição na Comarca de Cruzeiro do Sul compreendeu o Tabelionato de Notas e Ofício de Registro Civil; o Ofício de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas e o Tabelionato de Protesto de Títulos.

O resultado das correições (que constituem visitas, fiscalização e reuniões) compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de recomendações às unidades para melhorar seu desempenho e oferecer serviços melhores à população.

No mês de outubro e nos meses de novembro e dezembro, as correições foram realizadas nas seguintes Comarcas: Santa Rosa, Mâncio Lima, Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasília.

Perspectiva

PESSOAS, ORGANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

GESTÃO DE PESSOAS

“Estruturar e implementar um modelo de gestão de pessoas que atenda os desafios estratégicos do Tribunal de Justiça, selecionando e capacitando adequadamente e de maneira contínua os Magistrados e Servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas e conhecimentos que confirmem efetividade na execução de suas atividades. Promover a lotação dos servidores de acordo com a demanda e competências de modo a potencializa-las para responder às necessidades e aos desafios da instituição”.

Objetivo Estratégico 9: “Garantir um modelo de gestão de pessoas adequado as necessidades estratégicas”

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

“Garantir modelo de gestão de pessoas adequado às necessidades estratégicas”

Descrição

Estruturar e implementar um modelo de gestão de pessoas que atenda os desafios estratégicos do Tribunal de Justiça, selecionando e capacitando adequadamente e de maneira contínua os Magistrados e Servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas e conhecimentos que confirmem efetividade na execução de suas atividades. Promover a alocação dos servidores de acordo com a demanda e competências de modo a potencializá-las para responder às necessidades e aos desafios da instituição.

Metas Associadas**Meta 9.1**

Atingir 30% de índice de governança de pessoal no IGOV/TCU

Meta 9.2

Cumprir 100% do Plano Anual de Capacitação

Meta 9.3

Mapear 10% das competências dos membros do Poder Judiciário do Estado do Acre

Meta 9.4

Atingir 5% de grau de alocação de pessoal de acordo com as competências

Meta 9.5

Alcançar 2% de competências desenvolvidas em lacunas

Projetos Desenvolvidos

O modelo de gestão de pessoas ainda não pode ser adequado às necessidades estratégicas porque o projeto de implantação do Modelo de Gestão de Pessoas ficou na fase de benchmarking e ainda não avançou por falta de definição acerca da contratação ou não de consultoria para realizá-lo.

O Programa de Gestão por Competência ainda está na fase de elaboração de projeto, com a Incumbência da DIGES e DIPES. Nos termos da Resolução Nº 187/2014, as competências dos cargos em comissão já estão definidas, resta ainda a uniformização do sistema de informação, processos críticos definidos e implementados, equipe e infraestrutura física adequada e gestão de competências definida e

implantada. Desta forma, é preciso que os projetos estratégicos envolvidos sejam reanalisados e readequados às atuais circunstâncias.

Resultado Alcançado pelas Metas

A implantação do modelo de gestão de pessoas está sendo realizada como iniciativa da Alta Gestão a partir das demandas que se apresentaram durante o decurso do ano. Deve-se salientar que várias ações já foram realizadas como: Atualização Cadastral, Realização dos cursos estabelecidos no Plano Anual de Capacitação, Estabelecimento de matriz de competências para os cargos comissionados. Esse conjunto de ações, parte integrante do Plano de Gestão 2015/2017, se revestem de capital importância dado o grau de importância deste objetivo para a melhoria da gestão de pessoas no Tribunal de Justiça. As iniciativas deveriam se estender à implantação dos projetos acima nominados.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
9.1 IGOV-governança de pessoal	nd						15%						15%
9.2 Cumprimento do plano anual de capacitação	100%			0%			38%			74%			98%
9.3 Taxa de mapeamento das competências	nd									18%			18%
9.4 Grau de adequação da alocação de pessoal de acordo com as competências	nd									5%			5%
9.5 Lacuna de competências	nd									2%			2%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Realizar as remoções e promoções de Juízes	Em andamento
Concluir os processos seletivos e concursos, observada a Resolução N° 76/2009 e a Resolução S/N° Dotação de Pessoal do CNJ	Em andamento
Continuar a Implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário Acreano, objeto da Lei Complementar n° 258/2012	Em andamento
Implementar o Plano Anual de Capacitação integrado à estratégia e voltado a melhoria das atividades meio e finalística	Em andamento
Iniciar o projeto "Modelo de Gestão de Pessoas"	Em andamento
Iniciar o projeto "Gestão de Competências"	Em andamento
Atualização cadastral	Em andamento

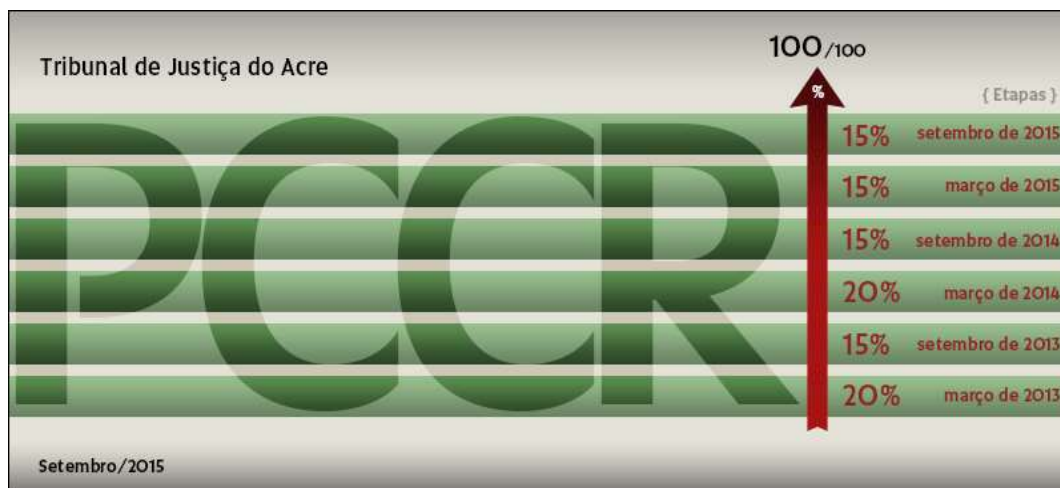
Ações Desenvolvidas:**Concluir os processos seletivos e concursos, observado a Resolução Nº 76/2009 e a Resolução S/Nº Dotação de Pessoal do CNJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre tornou pública a abertura de três novos processos seletivos para contratação de estagiários de nível superior de diversas áreas do conhecimento, para atuação no âmbito das comarcas de Sena Madureira, Manoel Urbano e Feijó.

Continuar a Implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário Acreano, objeto da Lei Complementar nº 258/2012**Tribunal de Justiça garante salário de setembro dos servidores já com reajuste de 15% sobre vencimento-base**

A atual Gestão não mede esforços para reconhecer e valorizar ainda mais os magistrados e serventuários do Judiciário Acreano.

Honrando o compromisso de atuar na perspectiva da valorização dos servidores e do seu reconhecimento enquanto protagonistas do engrandecimento do Judiciário Acreano, a atual Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre garantiu, já no pagamento deste mês de setembro de 2015, a última parcela de reajustes prevista no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) – instituído pela Lei Complementar nº 258 -, referente ao vencimento-base.



Esses valores são relativos à diferença entre o salário atual recebido pelos servidores e o salário final após a implementação total do PCCR. Além de gratificações, o plano previu, a longo prazo, melhorias referentes à carreira, capacitação e saúde dos servidores.

Auxílios Alimentação e Saúde

Os servidores do Poder Judiciário Acreano passaram a receber o inédito benefício do auxílio-alimentação e tiveram elevação da quantia atualmente paga no auxílio-saúde. As novas propostas da desembargadora-presidente surpreenderam positivamente o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sinspjac), já que os valores discutidos anteriormente eram bem menores. O anúncio aconteceu no dia 5 de agosto de 2015, durante Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sinspjac), realizada no Palácio da Justiça.

Com isso, os serventuários da Justiça Estadual passaram a contar com o benefício do auxílio-alimentação no valor de R\$ 400 e tiveram a elevação do valor pago no auxílio-saúde (que saiu dos atuais R\$ 200 para R\$ 400).

Em outras palavras, o auxílio-alimentação sairá de “zero” (pois nunca existiu) para R\$ 400. E o auxílio-saúde sofrerá reajuste de 100%. Os benefícios somados chegarão aos R\$ 800.

Implementar o Plano Anual de Capacitação integrado à estratégia e voltado a melhoria das atividades meio e finalística

A elaboração das Diretrizes Educacionais 2015/2017 para o desenvolvimento do Plano de Capacitação, destinado à formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, figura como pilar na execução das ações formativas voltadas para o alcance dos resultados previstos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para 2015/2020.

Sendo assim, a Escola do Poder Judiciário realizou, em 2015, ações que se materializaram em uma prestação jurisdicional célere, efetiva, ética e humanística na busca dos direitos, que têm na cidadania a justificativa para beneficiar o cidadão e toda a sociedade.

Atualização cadastral e Gestão por Competências

O Tribunal de Justiça deu início, em 04 de maio de 2015, à Atualização Cadastral dos seus servidores com vistas a dar continuidade às ações de modernização do Poder Judiciário Estadual, bem como à obtenção de informações mais precisas para a futura implementação da gestão por competências.

O Tribunal de Justiça também deu início à implementação de um Banco de Talentos, uma ferramenta que vai proporcionar o registro e gerenciamento dos perfis profissionais dos servidores do Judiciário Estadual. Dessa forma, será possível identificar e garantir o aproveitamento dos potenciais, das habilidades e das competências individuais.

ORGANIZAÇÃO

"Adotar práticas contínuas de modo a desenvolver uma cultura organizacional mais humanizada e integrada por meio de projetos motivacionais com foco na qualidade de vida dos Magistrados e Servidores, visando a maior satisfação dentro do ambiente da instituição e comprometimento para a execução das suas atividades."

Objetivo Estratégico 10:

Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado

Objetivo Estratégico 11:

Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

“Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado”

Descrição

Adotar práticas contínuas de modo a desenvolver uma cultura organizacional mais humanizada e integrada por meio de projetos motivacionais, com foco na qualidade de vida dos Magistrados e Servidores, visando uma maior satisfação dentro do ambiente da instituição e comprometimento para a execução das suas atividades.

Metas Associadas**Meta 10.1**

Atingir 70% de satisfação geral na pesquisa de clima organizacional

Meta 10.2

Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional

Projetos Desenvolvidos

O projeto Programa de Qualidade de Vida desenvolveu várias ações que auxiliaram na melhoria do desempenho do objetivo estratégico: revitalização do Centro Médico do Poder Judiciário, instalação do Espaço-Saúde para os servidores da sede, instituição de equipe multidisciplinar de atendimento, prevenção e acompanhamento da saúde dos colaboradores (consultas, campanhas de vacinação, etc), definição e realização de ações temáticas permanentes (dia do servidor, meio ambiente, festivais, etc).

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
10.1	Programa de Qualidade de Vida	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

Em relação à Meta 10.1, o projeto Programa de Qualidade de Vida obteve sucesso e foi executado integralmente, melhorando o ambiente organizacional.

Foi realizada uma pesquisa para apurar o grau de satisfação dos servidores - Pesquisa de Clima Organizacional. O resultado da pesquisa foi o atingimento de um percentual de 70% de satisfação, obtendo-se o cumprimento da meta.

Como a pesquisa somente foi divulgada em dezembro/2015, o Plano de Ação somente será elaborado no início de 2016, para cumprimento no decorrer do ano.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
10.1 Índice de clima organizacional	nd												70%
10.2 Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional	nd												

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Iniciar o projeto "Programa de Qualidade de Vida"	Em andamento

Ações Desenvolvidas:**Iniciar o projeto "Programa Qualidade de Vida"**

A presidente do Tribunal de Justiça lançou no dia 17 de abril de 2015, o Programa Qualidade de Vida, que consiste no desenvolvimento de diversas ações de prevenção e promoção à saúde, ao bem-estar e à positividade dos magistrados e servidores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

“Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional”

Descrição

Aprimorar a comunicação interna, definindo os melhores canais de comunicação e a linguagem mais adequada para Magistrados e Servidores, de forma a possibilitar que as informações, as rotinas de trabalho, os projetos e o conhecimento existente na instituição sejam disseminados em todos os níveis, de modo a contribuir para a eficiência organizacional e para o alinhamento da atuação de Magistrados e Servidores em direção às prioridades estratégicas definidas pelo Tribunal de Justiça.

Metas Associadas**Meta 11.1**

Atingir 33% de satisfação interna na pesquisa de clima organizacional

Meta 11.2

Elaborar 100% do Plano de Comunicação Interna

Projetos Desenvolvidos

Há 01 (um) projeto denominado “Revisão do Modelo de Gestão da DIINS”, porém, proposto para execução no ano de 2016, em razão de não haver recursos orçamentários/financeiros para a sua consecução no exercício de 2015.

Resultado Alcançado pelas Metas

Em relação à Meta 11.1, o resultado apurado apontou seu cumprimento.

Em relação à Meta 11.2, a elaboração do Plano de Comunicação Interna foi concluída, devendo ser executado em 2016.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
11.1 Satisfação Interna - Comunicação Interna	33%												100%
11.2 Índice de cumprimento do plano de comunicação interna	nd			25%			36%			52%			96%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional	Em execução

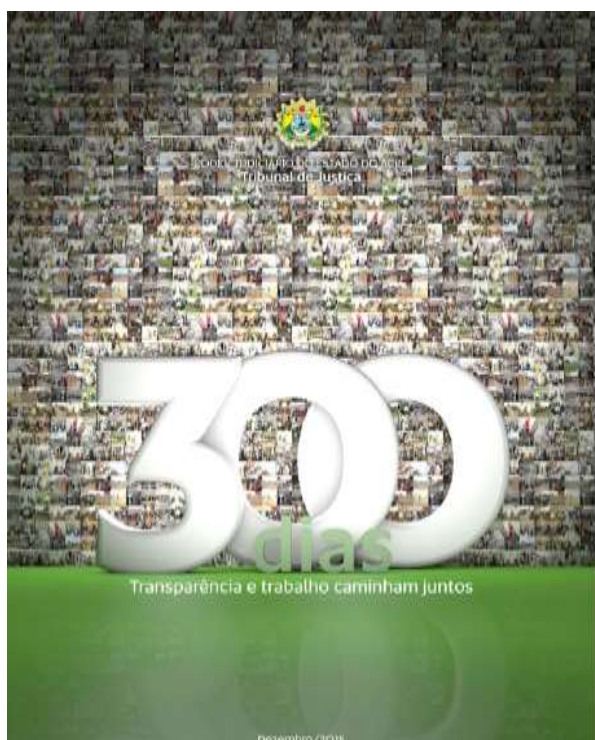
Ações Desenvolvidas:**Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional e da estratégia (DIINS)**

Foram elaboradas 680 matérias jornalísticas (administrativas e judiciais) confeccionadas pelo DIINS, publicadas no site institucional do Tribunal de Justiça e enviadas aos veículos de comunicação (impressos, TVs, sites noticiosos, emissoras de rádio) para publicação, no período de 07/02/ a 30/12/2015.

Newsletter do Judiciário; individual, de acordo com o horário de fechamento de cada edição, bem como de sua linha editorial (nessa modalidade há uma comunicação oral).

74 matérias jornalísticas (administrativas e judiciais) confeccionadas e editadas, com locução, pelo Tribunal de Justiça, especificamente para rádio e enviadas para publicação, no período de 07/02/ a 30/12/2015.

440 matérias institucionais postadas na página do Facebook do TJAC, no período.



No último trimestre de 2015, foram publicadas 485 notícias confeccionadas pela Comunicação do TJAC em 38 veículos.

03 informativos especiais (matérias administrativas) confeccionados a cada 100 dias de Gestão.

INFRAESTRUTURA

"Proporcionar ferramentas, métodos e um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades e atendimento ao cidadão".

Objetivo Estratégico 12:

Assegurar infraestrutura física adequada e segura.

Objetivo Estratégico 13:

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

Assegurar infraestrutura física adequada e segura

Descrição

Garantir infraestrutura física que ofereça ambiente seguro e confortável aos Magistrados, Servidores, jurisdicionados, advogados e membros das demais funções essenciais à justiça. Adequar as instalações físicas do Tribunal de Justiça, principalmente nas comarcas do interior, considerando as diretrizes de acessibilidade, ergonomia e a funcionalidade, isto é, adequar as instalações às necessidades das atividades judiciais e administrativas.

Metas Associadas**Meta 12.1**

Cumprir 100% das obras e reformas priorizadas no Plano de Obras dentro do prazo contratual.

Meta 12.2

Atingir um percentual de 40% de adequação às condições de trabalho determinadas na NR Nº 17 do Ministério do Trabalho.

Projetos Desenvolvidos

O "Programa de Infraestrutura Física" é um projeto vinculado à Diretoria de Logística – DILOG, com o objetivo de realizar um planejamento das obras e reformas a serem realizadas, consolidadas e priorizadas no Plano de Obras.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
12.1	Programa de Infraestrutura Física	Em andamento	75%

Resultado Alcançado pelas Metas

Para 2015 o Plano de Obras priorizou as seguintes obras/reformas: reforma no Fórum Barão do Rio Branco (concluída), construção do Fórum dos Juizados Cíveis Especiais [48%] e da Guarita da Cidade da Justiça [100%], totalizando 75% de cumprimento da meta.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
12.1 Cumprimento do plano de obras	100%			50%			50%			50%			75%
12.2 Índice de condições de trabalho	nd			56%			52%			53%			59%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Concluir a construção do prédio dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública na Cidade da Justiça de Rio Branco	Em execução
Iniciar a construção do Centro de Convivência na Cidade da Justiça de Rio Branco	Em execução
Concluir a urbanização e paisagismo da Cidade da Justiça	Em execução
Concluir a construção do muro e da guarita da Cidade da Justiça	Em execução
Construir o Restaurante na sede do TJAC	Em execução
Construir creche/berçário na sede do TJAC	Em execução
Construir o Novo Fórum de Brasileia	Em execução
Construir a Casa de Justiça e Cidadania na Cidade do Povo	Em execução
Reformar o Fórum de Xapuri	Em execução
Reforma e ampliação do CIC de Porto Acre	Em execução
Reforma e ampliação do CIC de Rodrigues Alves	Em execução
Reforma e readequação do layout das Diretorias/Assessorias (Sede)	Em execução

Ações Desenvolvidas:**Concluir a construção do prédio dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública na Cidade da Justiça, em Rio Branco**

No decorrer do exercício de 2015, houve um grande avanço na construção da nova sede dos Juizados Especiais, localizada na Cidade da Justiça de Rio Branco. Após as fases de fundação, estrutura, concretagem de lajes, alvenarias, etc, já é possível antever a aparência da obra, que celebrará um novo espaço para o exercício da cidadania.



Concebida como um dos principais e estratégicos projetos da atual Gestão do Tribunal de Justiça, a nova sede dos Juizados Especiais terá na qualidade e na eficiência do serviço público dois importantes princípios, seguindo a tendência dos modernos centros urbanos. Nesse caso, o prédio terá uma área construída de sete mil metros quadrados, divididos em seis pavimentos destinados a abrigar os Juizados Especiais Cíveis e de Fazenda Pública, de Trânsito (Justiça Volante), além das Turmas Recursais.

Concluir a urbanização e paisagismo da Cidade da Justiça

A atual Gestão do Tribunal de Justiça do Acre viabilizou, por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, uma linha de ônibus destinada à Cidade da Justiça, para que os cidadãos já pudessem contar com dois veículos coletivos com linhas até o Fórum Criminal.



O complexo arquitetônico que já abriga o Fórum Criminal não era atendido até então por nenhum ônibus, sendo que esta linha (Jequitibá-Cidade da Justiça) irá atender os moradores desse conjunto, bem como os que residem no bairro Pedro Roseno, próximo ao Hospital das Clínicas, e os alunos da Uninorte.

A nova linha de ônibus irá fazer o percurso utilizando a Via Verde, passando pela estrada Dias Martins e pela avenida Isaura Parente; o trajeto segue depois pela avenida Nações Unidas até chegar ao Terminal Urbano.

Construir o Restaurante na sede do TJAC

Restaurante será construído na Sede Administrativa do TJAC

Um sonho acalentado há muito pelos servidores vai ser realizado em breve. No dia 14 de dezembro de 2015, a Presidente do Poder Judiciário Acreano, desembargadora Cezarinete Angelim, assinou a ordem de serviço para a construção do restaurante na sede Administrativa do Tribunal de Justiça. Durante o ato, foi ressaltada a importância da obra, destacando ser a iniciativa mais uma forma de reconhecer e valorizar ainda mais os serventuários da Justiça do Acre.

Segundo o contrato nº 44/2015, a obra tem previsão de conclusão prevista para 90 dias. O valor do contrato é de R\$ 1.677.039,09, conforme proposta de preços vencedora da Concorrência 02/2015 para a execução dos serviços.

Ainda segundo o contrato, a garantia da obra será de cinco anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no “art. 618 do Código Civil Brasileiro”. Durante a vigência do contrato, a execução da obra será acompanhada e fiscalizada pela pessoa titular da Gerência de Instalação da Dilog ou outro servidor a ser designado pela Administração, sendo permitida a assistência de terceiros.



Reestruturação do Fórum de Brasília

No sentido de agilizar um melhor atendimento aos que procuram o Poder Judiciário no município de Brasília, atingido por uma cheia histórica em fevereiro de 2015, a presidente do Tribunal de Justiça esteve naquela Comarca, no dia 14 de maio de 2015, no Fórum Dr. Edvaldo Abreu de Oliveira, para acompanhar de perto as prioridades para que a unidade voltasse a funcionar com o mínimo de conforto para magistrados servidores e cidadãos.

Reformas e ampliações de prédios, de acordo com o Plano de Obras, os editais de licitação e contratos administrativos.

O Tribunal de Justiça do Acre realizou cerimônia de entrega no dia 05 de fevereiro de 2015, da reforma do Prédio-Sede da instituição. Dentre as intervenções realizadas durante a obra, foi feita a revitalização da pintura, ampliação do almoxarifado com uma unidade auxiliar, a identidade visual do prédio interna e externa, a reforma da guarita, a cobertura do estacionamento e o solário localizado entre os blocos dos gabinetes dos desembargadores.

O edifício sede do TJAC recebeu alterações em diversas unidades, dentre elas, a Assessoria de Controle Interno (Ascoi), a Assessoria Militar (Asmil), a Corregedoria Geral da Justiça (Coger), as Diretorias de Gestão Estratégica (Diges), Gestão de Pessoas (Dipes), Finanças (Dific), Informação (Diins), Judiciária (Dijud), Logística (Dilog), Regional do Vale do Alto Acre (Drvac) e Tecnologia da Informação (Ditec) e o Espaço Saúde.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias

Descrição

Garantir a efetividade dos recursos de tecnologia da informação e comunicação (software e hardware) para a execução das atividades do Tribunal de Justiça com sistemas integrados e modernos que garantam a eficiência operacional, a confiabilidade, a integralidade e a disponibilidade das informações.

Metas Associadas**Meta 13.1**

Sanar 25% das lacunas de TI levantadas a partir da identificação das demandas estratégicas do Tribunal de Justiça

Meta 13.2

Manter 90% de conformidades de sistemas que suportam as rotinas e a estratégia

Meta 13.3

Afastar até 10% dos riscos de TI contidos no Plano de Riscos, em relação aos riscos identificados

Projetos Desenvolvidos

O "Planejamento de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação)" (25%) e a "Virtualização dos Processos Administrativos" (60%) são dois projetos vinculados à DITEC e que estão sendo executados atualmente, visando melhorar a governança de TI e dar celeridade aos processos administrativos.

O primeiro é um programa formado por 12 (doze) projetos dos quais já foi implantado o Novo Portal, mas, ainda estão em andamento: Implantação de Política de Segurança, Capacitação de usuários e gestores, Implantação de Modelo de Governança, Automatização dos Processos Administrativos, Implantação dos SLA's, Revisão Quanto a Adequação dos Sistemas de Informação; ainda não iniciaram: Implantação da Tecnologia de BI, Implantação Rede de Redundância Elétrica, Estudo de Viabilidade de Comunicação redundante e Outsource de impressão.

O segundo visava virtualizar os processos administrados. Para isso foi implantado no âmbito do Poder Judiciário acreano o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite que o processamento dos novos

feitos administrativos seja realizado fora do Sistema SAJ. O percentual de implantação até dezembro de 2015 era de 60%, com conclusão em março de 2016.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
13.1	Planejamento de TIC	Em andamento	25%
13.2	Virtualização dos Processos Administrativos	Em andamento	60%

Resultado Alcançado pelas Metas

O desempenho do objetivo tem se mostrado positivo em dois de seus indicadores de lacunas de TI (13.1) e Plano de Risco (13.3). No entanto o indicador de conformidade de sistemas (13.2) ainda não atingiu a meta. Por isso o status do indicador está amarelo.

Como exemplo, podemos contar o aumento considerável e contínuo da demanda por servidores e itens de segurança da informação após a virtualização dos processos judiciais em 2014.

A implantação do Sistema de Processo Eletrônico – PJe, Sistema Eletrônico de Informação – SEI e do Sistema de Controle de Arrecadação de Custas – SIGEXTRA, se constituem em poderosas ferramentas de melhoria para o Tribunal de Justiça.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
13.1 Lacuna de TI	17%			10%			12%			20%			25%
13.2 Índice de conformidade de sistemas	nd			40%			42%			60%			90%
13.3 Índice de execução do Plano de Risco dos serviços de TI críticos	nd				5%				10%				10%

Perspectiva

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ORÇAMENTO

"Ampliar e gerir com efetividade os recursos orçamentários, de modo a garantir a execução dos programas e projetos previstos no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual)".

Objetivo Estratégico 14:

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e estratégias

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e estratégias.

Descrição

Ampliar e gerir com efetividade os recursos orçamentários de modo a garantir a execução dos programas e projetos previstos no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

Metas Associadas**Meta 14.1**

Executar 91% do orçamento atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2015

Meta 14.2

Executar 91% do orçamento estratégico atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2015

Meta 14.3

Aumentar em 25% os recursos provenientes de arrecadação própria e de outras fontes (convênios e parcerias)

Projetos Desenvolvidos

O "Sistema de Gestão de Custos" (85%) e o "Programa de Ampliação de Receita" (55%) são dois projetos vinculados à DIFIC e que estão sendo executados com o objetivo de melhorar a gestão de recursos e o incremento do controle e captação de receitas advindas das custas e outros meios.

O primeiro é um projeto que visa à implantação de um software próprio para gestão da evolução dos custos e receitas dos centros de custos do Poder Judiciário deste Estado. O Sistema já está sendo implantado e sendo realizada a capacitação dos gestores. Ato contínuo, o sistema será gerido pela DITEC.

O segundo projeto visa dotar o Tribunal de Justiça de métodos que visem aumentar e ampliar as receitas, mediante a implantação de várias ações: instalação de um sistema para controle da arrecadação de custas denominado Sistema SIGEXTRA; a captação de recursos da

União e Estado via convênios; e, o recolhimento de receitas previstas na Lei de Custas.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
14.3	Sistema de Gestão de Custos	Em andamento	85%
14.3	Programa de Ampliação de Receitas	Em andamento	55%

Resultado Alcançado pelas Metas

O desempenho de dois dos indicadores vinculados foi positivo: a execução orçamentária e o aumento de recursos orçamentários atingiram a meta anual proposta. Estes indicadores demonstram que os recursos orçamentários estão foram aplicados tempestivamente.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
14.1 Execução orçamentária	90%	7%	13%	23%	31%	39%	48%	56%	64%	70%	77%	84%	93%
14.2 Execução do orçamento estratégico	nd	0,79%	0,98%	8%	7%	8%	9%	16%	19%	20%	21%	51%	62%
14.3 Aumento de recursos orçamentários	17%			83%			48%			71%			80%

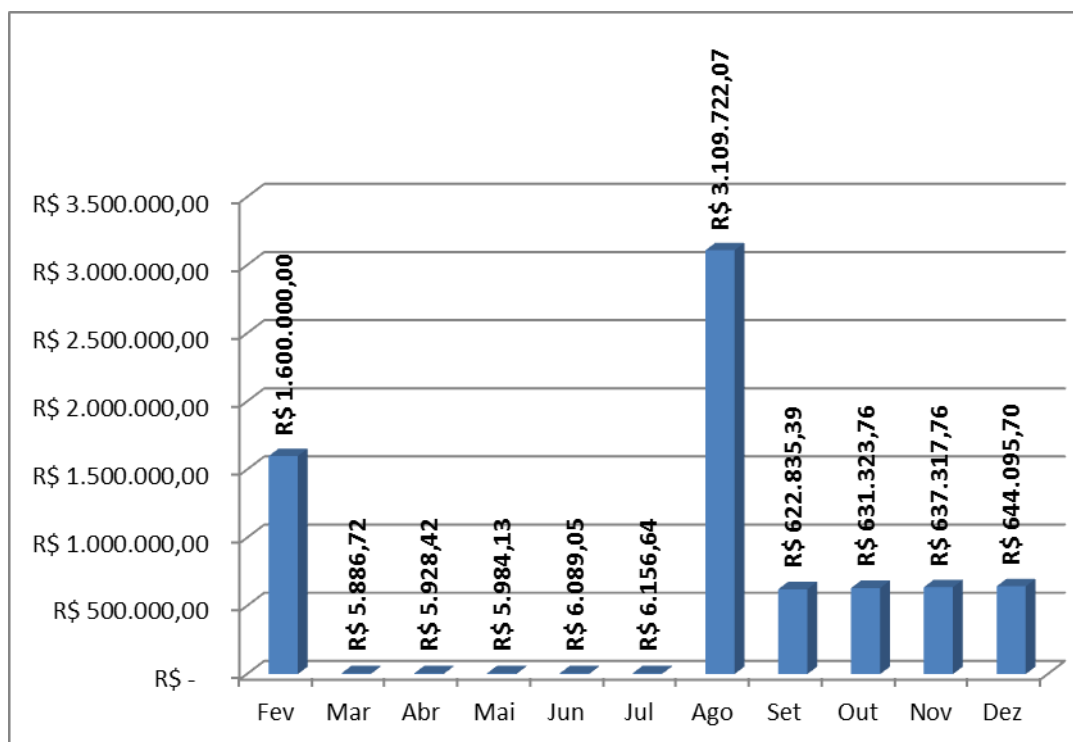
Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Padronizar os procedimentos para remessa à protesto extrajudicial dos títulos executivos judiciais (Acordo de Cooperação Técnica Nº 001/2016)	Em execução
Gerenciar de forma eficiente a arrecadação dos Cartórios Extrajudiciais (SIGEXTRA/Selo Eletrônico)	Em execução
Requerer os depósitos judiciais inativos por mais de cinco anos, após trânsito em julgado - Lei Complementar nº 1.422 e Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso IX	Em execução
Requerer a diferença entre o rendimento das aplicações e o rendimento oficial das contas de depósitos judiciais – Lei Complementar nº 1.422, incluído pela Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso VIII	Em execução

Ações Desenvolvidas:

Rendimento das aplicações e o rendimento oficial das contas de depósitos judiciais – Lei Complementar nº 1.422, incluída pela Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso VIII

Foi requerida a diferença entre o rendimento das aplicações e o rendimento oficial das contas de depósitos judiciais – Lei Complementar nº 1.422, incluído pela Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso VIII, sendo apurado no exercício de 2015 o valor de R\$ 7.275.339,64 (sete milhões, duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).



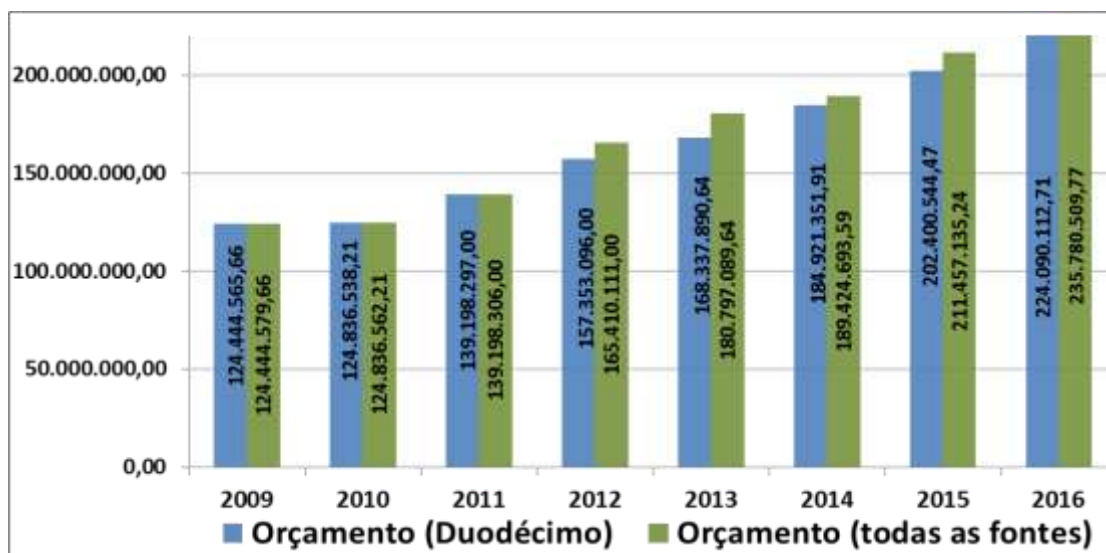
Programação Orçamentária 2015

Durante o ano de 2015 a Administração do Tribunal de Justiça canalizou esforços no sentido de garantir recursos orçamentários para o ano de 2016, além de executar os recursos programados para 2015, que foi de fundamental importância para concretização das ações planejadas.

Podemos observar, nos demonstrativos, a evolução do volume dos recursos ao longo dos anos.

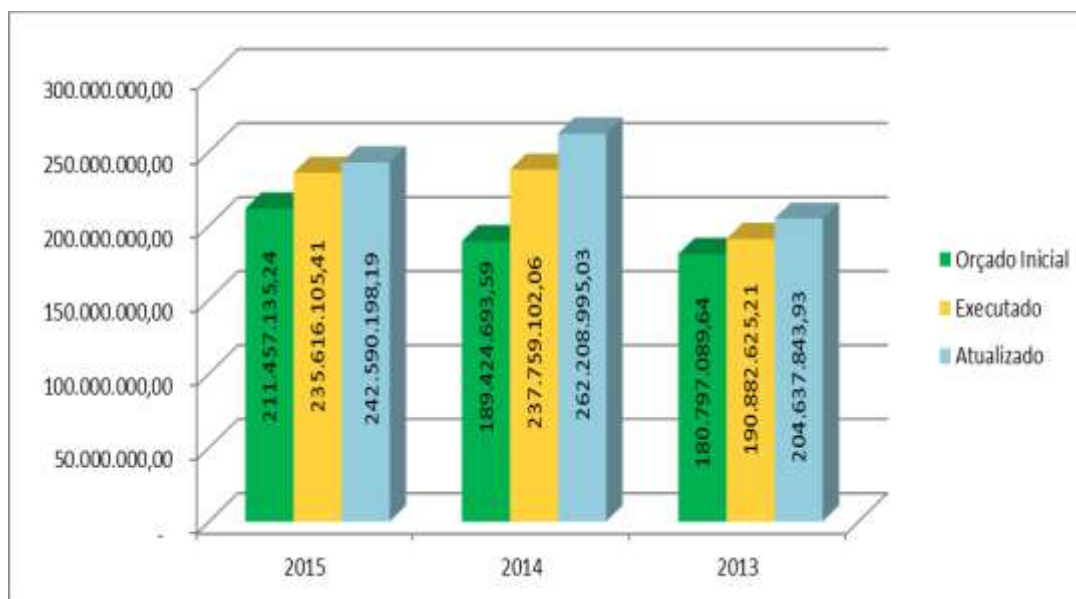
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO TJAC

Ano	Orçamento (todas as fontes)	Crescimento	Orçamento (Duodécimo)	Crescimento
2009	124.444.579,66	-	124.444.565,66	-
2010	124.836.562,21	0,31%	124.836.538,21	0,31%
2011	139.198.306,00	11,50%	139.198.297,00	11,50%
2012	165.410.111,00	18,83%	157.353.096,00	13,04%
2013	180.797.089,64	9,30%	168.337.890,64	6,98%
2014	189.424.693,59	4,77%	184.921.351,91	9,85%
2015	211.457.135,24	11,63%	202.400.544,47	9,45%
2016	235.780.509,77	11,50%	224.090.112,71	10,72%



Execução Orçamentária 2015

Durante o ano de 2015 a Administração do Tribunal de Justiça canalizou esforços no sentido de priorizar a execução orçamentária associada ao Planejamento Estratégico, com a finalidade precípua de garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas vislumbrando atingir a Visão Institucional. Tudo isso sem abrir mão dos princípios norteadores da boa gestão fiscal.



Para possibilitar a concretização das ações estabelecidas no Planejamento Estratégico, foi estabelecida a meta de Executar 91% do orçamento estratégico atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2015.

Verifica-se, no gráfico supra, que o grau de execução do orçamento disponível (executado/atualizado) foi de 97,13%.

No que tange às despesas com pessoal e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual da despesa total com pessoal foi de 4,53%, estando, portanto, abaixo do limite de 5,7%.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL **Orçamento Fiscal e da Seguridade Social** **Janeiro/2015 a Dezembro/2015**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 5º, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.511.643,84	5.986.315,85
Personal Ativo	156.670.419,12	5.019.854,04
Personal Inativo e Pensionistas	34.187.316,92	286.381,81
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.453.907,80	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	18.794.675,88	1.986.315,85
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	967.404,19	0,00
Despesas de Desempenho Judicial de período anterior ao da apuração	13.370,21	580.800,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.834.810,31	806.315,85
Inativos e Pensionistas com Exercícios Vencidos	13.978.882,17	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	174.717.068,76	4.000.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.948.187.687,35	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III) x (III b)	174.717.068,76	4,43
LIMITE MÁXIMO (VI) = (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	236.948.461,34	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	225.089.338,18	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 20 da LRF)	213.253.615,12	5,40

FONTE: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Control (SAOF) e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre. Unidade Responsável: Gerência de Contribuintes. Data da emissão: 29/01/2016 emissão: 09:16

Elaborado por: Inacoreg

Integração ao sistema de Acompanhamento das licitações e contratos do TCE

Zelando pelo controle, transparência e segurança de seus atos contratuais e licitatórios, o Tribunal de Justiça aderiu, em outubro de 2015, ao sistema de acompanhamento das Licitações e Contratos (Licon), instituído pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-AC). Com essa ferramenta o Judiciário Acreano efetua, eletronicamente, o cadastro das licitações, dos atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem como os contratos envolvendo recursos públicos vinculados à gestão.

O sistema, denominado Licon, tem por objetivo acompanhar os processos licitatórios em tempo real, garantindo a transparência das ações do gestor público.

Metas Estabelecidas pelo CNJ

METAS NACIONAIS 2015

As metas nacionais e específicas para o ano de 2015 foram aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário, em Florianópolis/SC. Na oportunidade, os Presidentes ou representantes dos Tribunais brasileiros também aprovaram uma diretriz estratégica direcionada a propiciar à magistrados e servidores da Justiça, uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Das Metas estabelecidas para o ano de 2015, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre teve o seguinte desempenho:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

Desempenho:

1. Julgar mais processos que os distribuídos	114,75%
1º Grau 98%	2º Grau 96%
TUR 172%	JE 154%



META 2 – Julgar processos mais antigos

Desempenho:

2. Julgar processos antigos	
1º Grau 120,21%	2º Grau 117,99%
TUR 100%	JE 99,95%



META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Impulsionar os trabalhos dos CEJUSC's e garantir, conforme previsto na Resolução 125/2010, que homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas.

Desempenho:

3. Aumentar os casos solucionados por conciliação	18,75%
--	---------------

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012.

Desempenho:

4. Priorizar julg. de casos de corrupção/improbidade adm.	126,19%
1º Grau 127,74%	2º Grau 61,22%
TUR 100,00%	JE 100,00%

**META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas, até 31/12/2012, no 1º grau e, até 31/12/2013, no 2º grau.

Desempenho:

6. Priorizar julgamento de ações coletivas	
1º Grau 83,13%	2º Grau 100%

META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Gestão estratégica das ações de massa, com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

Desempenho:

7. Priorizar julg. de grandes litigantes e recursos repetitivos	56,57%
--	---------------

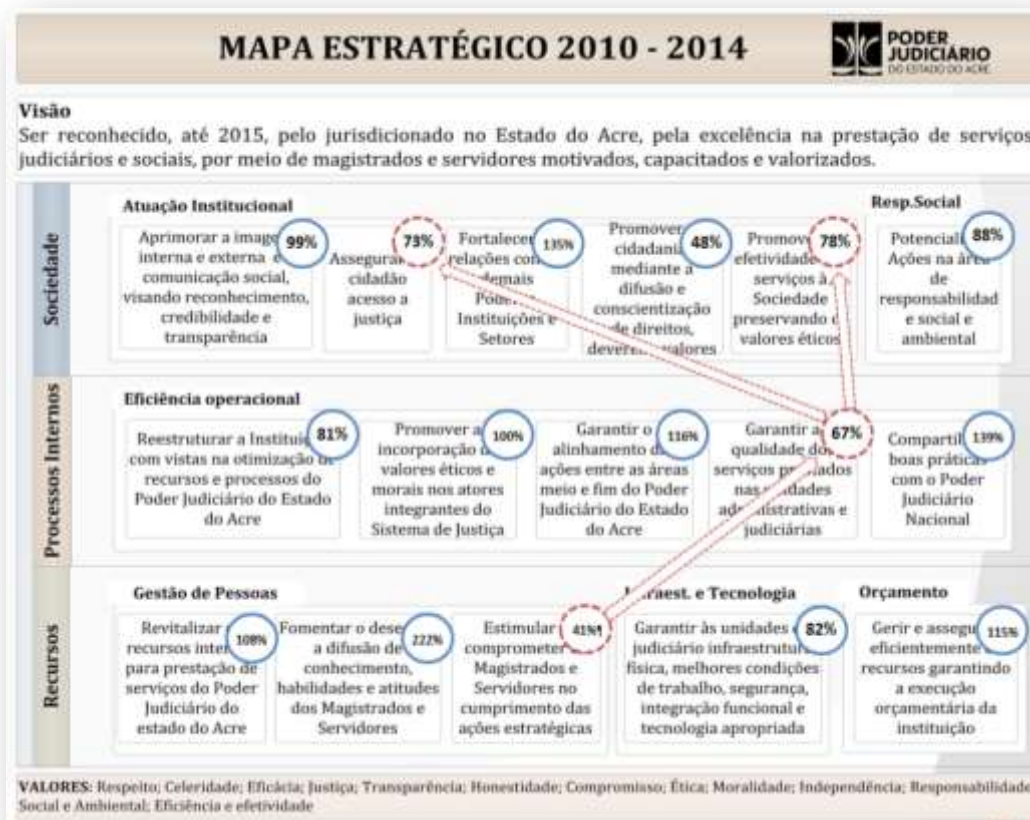
Desempenho do Plano Estratégico de Longo Prazo

Plano Estratégico 2010-2014



O Mapa estratégico é uma representação visual da história da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Esses desafios se constituem nos objetivos que a instituição deverá priorizar ao longo de sua trajetória.

Os resultados individuais, por objetivo, podem ser visualizados no Mapa Estratégico a seguir:



Nesse aspecto, observando os resultados percentuais de alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça, conclui-se que, em sua maioria, os desafios enxergados à época da elaboração do Planejamento Estratégico foram, em sua maioria, superados.

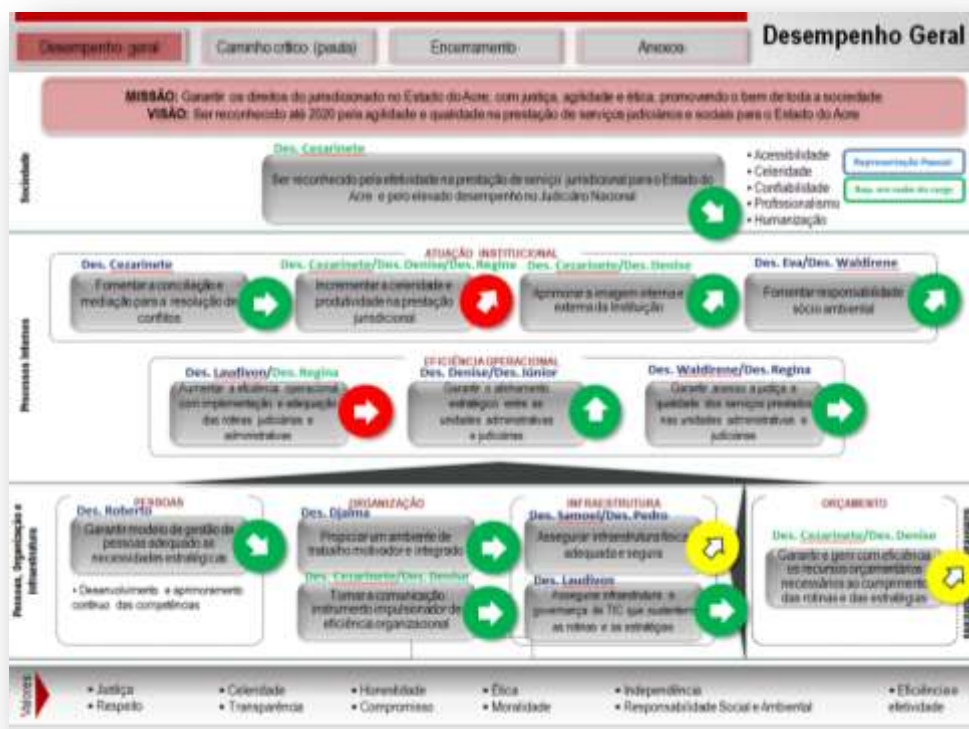
Na avaliação geral do mapa estratégico, a meta era obter 90% de cumprimento dos desafios propostos no Planejamento Estratégico até o final do período. Nesse aspecto, o resultado final em 2014 foi de 88,22%, representando um marco importante na história da estratégia do Tribunal e que norteará os esforços para os períodos seguintes.

Plano Estratégico 2015-2020



O Mapa estratégico é uma representação visual da história da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Esses desafios se constituem nos objetivos que a instituição deverá priorizar ao longo de sua trajetória.

Os resultados individuais, por objetivo, podem ser visualizados no Mapa Estratégico abaixo:



Na avaliação geral do mapa estratégico, a meta era obter 85% de cumprimento dos desafios propostos no Planejamento Estratégico até o final de 2015.

Nesse aspecto, o resultado final em 2015 foi de exatamente 85%, atingindo-se o cumprimento integral da meta proposta.

Esforço Empreendido pelo TJAC

Ao longo do ciclo de execução da estratégia nos dois períodos (2010-2014) e (2015-2020), observou-se uma evolução gradual no desempenho da estratégia, graças ao trabalho conjunto da administração, magistrados e servidores, na execução dos projetos e sob suas responsabilidades.

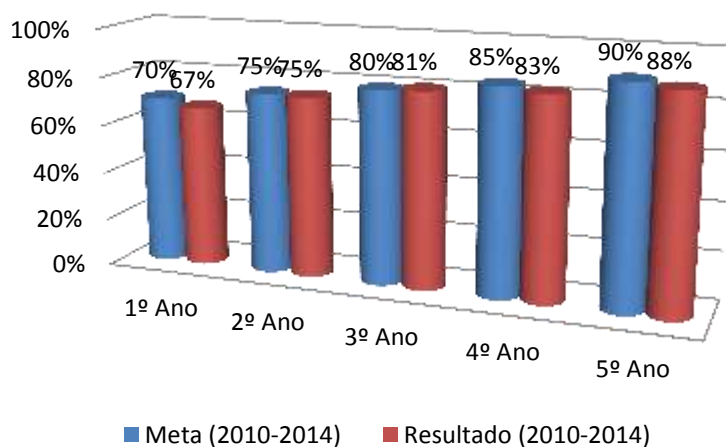
O desempenho do Mapa Estratégico se dá em função do resultado consolidado de todos os indicadores estratégicos, o que permite obter a nota ponderada para cada ano, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Meta (2010-2014)	70%	75%	80%	85%	90%
P.E. 2010-2014	67,58	75,18	81,05	83,18	88,22
Meta (2015-2020)	85%	87%	90%	93%	95%
P.E. 2015-2020	85%	-	-	-	-

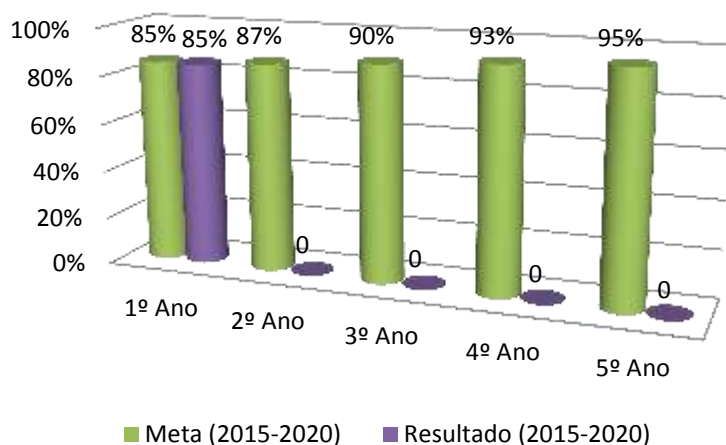
Como se pode observar no quadro acima, o esforço empreendido no cumprimento deste Plano Estratégico 2015-2020, já no primeiro ano, demonstra resultados práticos, tendo atingido o patamar da meta.

A seguir, é disponibilizado gráfico demonstrativo com o esforço desenvolvido pelo Tribunal de Justiça na execução da estratégia referente aos Planos Estratégicos de 2010-2014 e de 2015-2020 sendo, este último, o pertinente aos resultados do ano de 2015.

Esforço Desenvolvido 2010-2014



Esforço Desenvolvido 2015-2020



MISSÃO INSTITUCIONAL

"Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional para o Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional"

O cumprimento de nossa Missão tem a ver com duas vertentes principais: o cumprimento dos processos pendentes - sendo que, menos processos pendentes corresponde a uma justiça mais célere - e o nosso desempenho no Judiciário Nacional.

1ª Medida: Evolução – Baixados X Casos Novos

	2011	2012	2013	2014	2015
Casos Novos	84.127	96.185	91.266	77.205	68.775
Baixados	97.596	104.457	109.153	93.217	85.588
Índice de Atendimento à Demanda	116,00%	108,60%	119,60%	120,70%	125,00%

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica

2ª Medida: Desempenho no Judiciário Nacional IPCJUS

	2011	2012	2013	2014	2015
Justiça em Números	100%	100%	100%	91%	*

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de desempenho demonstrada neste Relatório de Gestão aponta mais um ciclo do Planejamento Estratégico sendo realizado, com os índices demonstrando um bom avanço institucional.

Durante a execução do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, num processo de melhoria contínua, percebe-se que a busca pela Visão Institucional é permitida pelo alinhamento de fatores basilares como: Priorização do Planejamento Estratégico voltado ao cumprimento das metas da Gestão; Disponibilização de Recursos Humanos, Financeiros e Tecnológicos; Gestão de Pessoas e Monitoramento Contínuo das ações e resultados.

Destaca-se, também, o grande investimento realizado na preparação dos magistrados e servidores, que gerará frutos que permitirão sermos referência no cenário nacional.

Com o rigor do Planejamento Estratégico, em consonância com os ditames da Presidência do Poder na Gestão 2015/2017, verifica-se que a Administração está sensibilizada e convicta de que os métodos utilizados de Gestão Estratégica são adequados para levar a instituição para onde a sociedade espera, com a prestação de um serviço humanizado, acessível, ágil, eficaz e efetivo, resguardando a todos o direito à dignidade e a cidadania.

Oportunamente, o Relatório Final de Gestão para o Biênio 2015/2017 norteará esta jornada, pois identificará os pontos positivos e, ainda, os negativos, que serão vistos não como experiências a serem transformadas em sucesso e/ou lições aprendidas.

No entanto, esta Gestão é pautada pelo enfrentamento às dificuldades surgidas, de forma ousada, e os níveis de excelência vêm sendo alcançados, demandando de todos os integrantes do Poder Judiciário acreano um maior esforço e comprometimento, pois nosso desafio é "Ser o melhor Tribunal da Região Norte".